



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 15

Sessão Ordinária Setembro

1.º Reunião em 09/09/2022

Aos nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Sandra Maria Sindão Monteiro, Gonçalo José Pereira Vieira, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Isabel Alexandra da Conceição Marques, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.

Faltaram os deputados Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e António Augusto Cruz de Aguiar.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltou a Vereadora Ana Cláudia Pinto Oliveira.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Isabel Alexandra da Conceição Marques, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos,

António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Rui Miguel dos Santos Melo Faria e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.[003](#)

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 11 – 1.ª Reunião Sessão Ordinária Junho – Sessão realizada em 02-06-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[005](#)

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos a Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e os Vogais Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Machado Pires da Rosa, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Laranjeira e David Filipe Ramos Silva.

Acta n.º 12 – 2.ª Reunião Sessão Ordinária Junho – Sessão realizada em 09-06-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[006](#)

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista e David Filipe Ramos Silva. Os presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, Fernando Tavares Marques e Miguel António Costa da Silva.

Acta n.º 13 – Reunião Sessão Extraordinária Junho – Sessão realizada em 15-06-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[007](#)

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva. Os presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, e António Augusto da Cruz Aguiar.

Acta n.º 14 – Reunião Sessão Extraordinária Julho – Sessão realizada em 29-07-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.[008](#)

Não votam, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e Ana Maria Pinho Seiça Neves

Ferreira. Os presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Victor Manuel Marques de Oliveira.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de cooperação entre o Município de Aveiro e as Freguesias do Município:

- a) **Transferência de Competências do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo para o ano de 2023;**
- b) **Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2022 do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo;**

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 28MAI22 a 02SET22;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção – Por uma solução pública para o Edifício da Caixa Geral de Depósitos em Aveiro;

Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pelo reconhecimento do potencial humano nos circos e a restrição do uso de animais nesta atividade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida o Presidente da Mesa informou haver munícipes inscritos para intervir neste período regimental de intervenção do público, dando de seguida a palavra.

Munícipe Pedro Manuel Sá Rodrigues de Almeida:[010](#)

“Senhor presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da mesa da Assembleia. Senhor presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo municipal. O assunto que me traz a esta Assembleia e a decisão de 2 órgãos do município de Aveiro aqui representados por vossas excelências, de rescisão unilateral do contrato de delegação de competências da gestão do parque de campismo municipal de Aveiro de São Jacinto a favor da Junta de freguesia. Decisão que alguns dos campistas que utiliza aquele parque apenas tiveram conhecimento na sequência da fixação de um aviso na entrada do parque, sem qualquer audiência prévia dos campistas interessados, onde é transmitido, em grosso modo, a decisão e obrigação da Junta de freguesia de São Jacinto a entregar o parque de campismo livre de pessoas e bens até ao próximo 31 de Outubro.

Em face a decisão tomada, os campistas daquele parque dos quais represento mais de 170 inscrições, pergunto a vossa excelências, aquando da tomada de decisão de rescisão unilateral do referido contrato de delegação de competências, estavam conscientes e é intenção desta Assembleia Municipal apoiar a medida imposta pela Câmara Municipal de Aveiro de encerramento e, sobretudo, de desocupação total do espaço, designadamente tendas, roulottes, autocaravanas, coberturas e mais estruturas existentes? Tem conhecimento efetivo das instalações do parque de campismo? Visitaram-no antes de tomar a deliberação de rescisão unilateral do contrato? Tiveram curiosidade em perceber antes

de tomada decisão, qual é a realidade efetiva de funcionamento do parque? De falar com as pessoas que ali se encontram e perceberem a dimensão da vertente social existente?

Os campistas reconhecem que é necessário fazer algumas obras de conservação no Parque. Reconhecem que seja necessário intervir nas infraestruturas elétricas e de proteção contra incêndios. No entanto, essas obras não implicam (no seu entender) a necessidade da completa desocupação do parque. Elas podem ocorrer, no seu entender, sem que os campistas tenham de retirar as suas caravanas e restantes estruturas entretanto colocadas, devidamente autorizadas para efeito pelo responsável pela gestão atual do parque.

Os campistas querem expor perante vossas excelências o desagrado da forma como estão a ser tratados, que sentem como um completo desrespeito pelas pessoas que ali se encontram, algumas delas com mais de 50 anos de permanência ininterrupta naquele parque. Pessoas com muita idade, mas continuam a ter naquele espaço o seu momento de repouso e de distração, de bem-estar e de companheirismo com os vizinhos e os restantes utentes do parque. Estão há muitos anos ali, alguns relatam há mais de 40, 50 anos e sempre contribuíram para o funcionamento do parque mesmo no período difícil que todos nós evidenciamos da COVID-19, pagando as taxas respetivas, quer pelo espaço que ocupam, quer pelo tempo ali permanecem. Se ali estão há tanto tempo é porque por um lado ali sentem bem e por outro, porque tal lhe tem vindo a ser permitido por quem faz a gestão daquele parque. Mas, por outro lado, existem campistas que são mais recentes, campistas que apenas se instalaram no ano passado ou mesmo no corrente ano e a quem foi autorizado, não só a ocupação daquele lugar, como a realização da cobertura e de estruturas de proteção dos seus haveres, nos quais investiram as suas parcas economias que agora se veem obrigadas a desmontar ou a deixar ficar para posterior demolição pelos serviços municipais por não terem outros locais para onde colocar aquele material e que assim veem o seu investimento completamente perdido.

Que resposta podem vossas excelências dar a esses campistas? Como justificam essa insensibilidade na tomada dessas decisões. Algum de vocês teve curiosidade em falar com os campistas para tentar perceber quais seriam as implicações da vossa decisão de encerramento do parque?

Contudo, ainda que não o tenham feito no passado, depois de se começar a saber do descontentamento dos campistas, apelo a que se possam deslocar ao parque e tentar perceber o impacto da decisão naquelas mais de 200 pessoas, na sua grande maioria pessoas de idade avançada, com muitas dificuldades, seja a nível de saúde, seja a nível económico.

A Câmara Municipal se pretende assumir a gestão do parque de campismo não poderia ter utilizado uma forma pessoal de comunicar assim aos campistas, nomeadamente com notificação a cada um, porque afinal os nomes, as moradas, consta da base de dados que se encontra na receção do parque, para efeito da inscrição e posterior pagamento de taxas. A forma utilizada foi muito impessoal, até mesmo considerada como uma afronta, uma vez que os funcionários municipais foram acompanhados pela GNR.

Antes da tomada de decisão de impor a desocupação total do parque a Câmara Municipal não poderia e deveria ter facultado o direito de audiência prévia aos interessados, para que essa decisão pudesse ter em consideração e essa decisão pudessem levar em consideração a posição dos mesmos?

Por outro lado, já foi ponderado o impacto que irá causar na população e na junta de freguesia São Jacinto, em especial os seus comerciantes, que ao longo do ano sobretudo no período de Outono e Inverno beneficiam da interação com os campistas que realmente se mantêm no parque, mesmo nesses períodos de época baixa?

O que ainda hoje os campistas pretendem é que Vossas Excelências visitem o parque, ouçam as pessoas e os seus testemunhos. Que percebam da necessidade que aquelas

peças têm de se manter ali, de manter aquele espaço para continuar os seus convívios, os seus momentos de lazer como vêm fazendo há tantos anos. Que não os obriguem a retirar os seus pertences, que apenas significaram despesas e prejuízos.

E muito mais havia a dizer, mas o tempo não nos permite. Uma nota final que não posso deixar de fazer, que é o facto de, agradecer a disponibilidade ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, por ter mostrado e ter agendado uma reunião para a próxima quarta-feira, pelas 18 horas, de forma tentarmos estabelecer pontes de diálogo, que entendemos ser próprios do nosso estado de direito democrático, com a abertura de quem quer ouvir e escutar as partes interessadas. Muito obrigado e bem-haja.”

Município José Macedo Caldeira Pinto:[012](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, meus Senhores. Eu venho aqui contar, talvez um bocadinho da minha história, da minha vida naquele parque. Eu ajudei a fazer aquele parque. Eu sou militar. Aquele parque foi feito para os militares e suas famílias. Eventualmente poderemos convidar amigos para junto connosco, conviverem naquele parque. Eu criei lá os meus filhos (são 3 pessoas excelentes) e agora tenho os meus netos comigo ao fim de semana. Investi ali parte das minhas poupanças, porque tenho ali muito valor. Tenho uma roulotte, tenho um avançado que me foi permitido fazer, tenho uma cobertura e é onde eu passo a minha reforma, eu e a minha esposa, agora passo algum tempo da nossa vida. De repente, ficámos sem chão, digamos assim. Fomos convidados, entre outras, a abandonar aquilo num prazo de 90 dias. Eu vivo num andar, onde é que vou meter uma roulotte, onde é que vou meter um avançado feito em sanduiche, onde é que vou meter uma cobertura em ferro com as respetivas lonas.

E como eu, estão 99% das pessoas que estão lá dentro nesta situação. Vamos pôr tudo na estrada? Vamos tapar a estrada de acesso a São Jacinto com os nossos haveres porque não temos mais nada onde pôr. Aquilo era dos militares. Foi passado para a Câmara, eu sei, o protocolo, falava-se na altura do protocolo que foi passado dos militares para a câmara, mas que os militares continuariam a pagar o valor que pagavam pelos serviços e outros utilizadores pagariam mais. O que é que fizeram, puseram todos as pessoas a pagar por igual. Puseram-nos cá fora do parque, no estacionamento, e quando nos aceitaram disseram, agora os senhores pagam a mesma coisa que pagam os civis. Tudo bem, ninguém reclamou, todos aceitámos e ficámos a pagar. O que é que posso dizer mais. O que posso dizer é que não sabemos o que é que vamos fazer. Estamos numa encruzilhada e queremos pedir a vossas excelências, se estiverem a bondade de falarem com as pessoas, reunir com as pessoas do parque, falar, escutar, ver as possibilidades que há de fazer as respetivas obras sim senhor, porque são necessárias com as pessoas lá dentro. Desocupando o espaço que seja necessário desocupar para fazerem as obras. Acho que está toda a gente de acordo. Agora tirar tudo de repente para a rua, onde é que vamos pôr as nossas coisas? Era só isto que eu vinha dizer.”

Município Júlio Manuel Costa Barreto:[013](#)

“Boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Eu não vou fazer mais do que recalcar o que já foi dito. No entanto, apraz-me acrescentar sempre alguma coisa no sentido chegar ao sentimento das pessoas que são responsáveis pelas decisões e que põe em choque muita gente que fez do parque, faz do parque uma vivência constante. E até muitas vezes sem a presença física, pagam mensalmente o parque, em consciência de que todos nós sabemos que é autossustentável. Esses malabarismos de contas que surgiram e que puseram tudo numa desgraça, aos campistas também não foge essa essa conclusão.

Obras. Toda a gente sabe (e os campistas são os primeiros) são urgentes para ontem, como se diz na gíria. Mas também é verdade que a partir do momento em que surgiu edital da Câmara Municipal à entrada do parque, pôs muita gente em estado de choque.

Essas emoções evoluem de acordo com a especulação que se gera, quase que obrigatoriamente, quando não se sabe da verdade, passa a ser tudo mentira ou passa a ser tudo verdade.

Senhor Presidente, há dois aspetos que eu gostaria, em nome dos campistas, em termos informativos no mínimo, para estarmos descansados, saber se há realmente um projeto desta dimensão que é necessário tirar tudo, está direcionado o parque, portanto, para evoluir em termos evolutivos ser mais agradável para os campistas, pareceu-nos ser essa a ideia, falta aqui qualquer coisa. Porque se já há o projeto ele não está visível às pessoas.

As pessoas gostam de ver projetos, não só avisos, mas o projeto em si, o que é que realmente vai nascer ali? E se está direcionado exatamente para os campistas, quais são as formas como os campistas, devem informar-se melhor de como vai ser o seu futuro garantido no parque onde estão hoje. Porque ninguém sabe essa fórmula, não temos nenhuma cara viva que nos venha dizer em nome da Câmara ou até o Senhor Presidente que seria a pessoa mais indicada, é a pessoa mais indicada, reunir com os campistas e dizer meus amigos, é isto, é assim, é assado, mas ninguém sabe se é frito se é cozido, no sentido de as obras serem direcionadas e manter os campistas, e dar oportunidade aos campistas que hoje lá estão, continuarem após a obra.

Eu até deixo aqui um desafio ao Senhor Presidente. Na reabilitação fazer também trapiche de atracagem para embarcações dos campistas, que são muitos e justificam esse investimento, que certamente terá retorno financeiro para o próprio parque ou para a Câmara Municipal. Acrescentar mais, Senhor Presidente, será divagar, porque o essencial penso que foi dito. Agradecemos, eu e em nome dos campistas, informações concretas do quê e para quê. E se o campista tem ou não as oportunidades de voltar a acampar naquele parque. Há uma outra nota, peço desculpa, outra questão para que os campistas fiquem descansados acrescentar informação que eu estou a pedir, saber se a gestão do parque depois da obra, vai ser da Câmara Municipal ou vai ser privado? Obrigado e boa noite.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[015](#)

“Muito obrigado. Muito obrigado aos Senhores Pedro Almeida, José Pinto e Júlio Barreto pelas intervenções. Eu gostava só de vos dizer duas ou três coisas. Este não é o espaço mais indicado para conversar, mas foi o espaço que vocês escolheram. E depois o Senhor Pedro vai ter que me dizer se mantemos a reunião de quarta-feira ou se não vale a pena fazê-la? Porque eu ainda por cima tenho tantas coisas para fazer na minha agenda, que se me desocupar a agenda, eu só agradeço.

É uma decisão que temos que tomar e este não é o espaço para conversar sobre esta matéria. Como sabeis, desde que tomámos a decisão que tomámos e nesta assembleia apenas houve um voto contra, que foi o voto contra daquele que é o responsável número um pela miséria a que chegou no parque de campismo de São Jacinto. Chama-se António Aguiar e é o Presidente demissionário da Junta de Freguesia de São Jacinto, que hoje aqui não está, eventualmente não por motivos de força maior, mas por motivos de força menor. Deixar-vos claro que, temos um espaço de diálogo completamente aberto. Recebi dois pedidos de audiência que os marquei ontem apenas, porque também tive a minha quinzena de descanso, mas que logo que cheguei marquei com as duas únicas pessoas que me pediram audiências. O senhor Pedro e um casal e estão as duas marcadas.

No fim de semana do festival dunas de São Jacinto, passei lá o sábado inteiro em São Jacinto. Manhã, tarde e noite. Dei para aí uma dúzia de audiências sentado na mesa dos

restaurantes onde almocei e jantei, na rua, à porta de armas do R10, com toda a disponibilidade, com toda a educação das pessoas para comigo e de mim para as pessoas sem problema nenhum. Porque somos, de facto, gente de diálogo. Falar disto na Assembleia Municipal é um bocadinho incómodo, porque não é possível dialogar. Foi a vossa escolha. Dizer-vos que a decisão que tomámos está tomada. E o parque de campismo de São Jacinto vai fechar no dia 1 de Novembro. É preciso que toda a gente que tem coisas privadas que as tire do parque, porque a partir do dia 1 são consideradas lixo. A Câmara irá fazer uma operação de limpeza.

Nada disto é contra ninguém. É a favor de toda a gente. O parque de campismo é ilegal e eu sou o prevaricador principal. Porque eu devia ter fechado o parque no dia em que tomei posse como presidente da Câmara de Aveiro. Um presidente de câmara não pode ter parques de campismo abertos sem licença no seu município. É sua competência. Mas o diálogo com o Presidente António Costeira para tentar resolver, para trás e para a frente, depois outro com o Presidente António Aguiar. E como é que se vai fazer e tentar soluções. Era tudo conversa da treta. Até que chega a um ponto que já não se aguenta mais. Se houver um acidente naquele parque, se houver um incêndio provocado pela miserável rede de distribuição de energia que lá existe, pela inoperância do sistema da rede de combate a incêndios. Só há um responsável por isso, nenhum de vocês é responsável. O senhor presidente da junta não é responsável. O único responsável sou eu. Porquê? Porque já devia ter fechado parque. Os parques de campismo ilegais não podem existir têm que estar fechados. e aquele parque de campismo malgrado o gosto que vocês têm de lá estar, e obviamente tenho respeito total por isso, mas atenta contra a vossa própria vida.

É evidente que, à boa maneira portuguesa, quando está tudo bem, está tudo bem. E bebemos uns copos e passamos lá os fins de semana e está tudo bem. No dia que acontecer uma desgraça, todos vocês vão apontar o dedo para mim, vão exigir indemnização por perdas e danos de bens, alguém que morra e depois já não há conversa nenhuma. E o responsável sou eu porque devia ter fechado o parque. E, portanto, chegámos ao limite dos limites.

Isto não tem nada a ver com a rescisão unilateral porque eu quis e trabalhei para isso, para que a rescisão fosse de mútuo acordo. Apenas o Presidente António Aguiar, que é um artista, e ele próprio já se confessou com a renúncia ao mandato da Junta, um ano antes, ou melhor, antes de perfazer um ano da sua eleição, porque, obviamente, fez asneira demais, é gestão danosa a mais, são evidências demais de asneiras graves, muito graves e vamos a ver se algumas pessoas que usam infraestruturas geridas pela Junta não irão ser chamadas à corresponsabilidade, porque as coisas que se possam da Junta de São Jacinto são graves demais.

E, portanto, aquilo que estamos a fazer é em vosso benefício. Porque, obviamente, a desocupação e a operação de limpeza que vamos fazer, o projeto de reabilitação que já estamos a fazer e a obra que vamos a fazer, que neste momento estimo grosso modo, que ande em 1 milhão de euros — e a Câmara tem muito mais sítios para gastar 1 milhão de euros, não é para o Presidente da Câmara ter lá residência oficial, nem nenhum dos seus vereadores. É para voltarmos a abrir o parque aos campistas que o queiram usar com segurança, com qualidade e com regras. Mas com uma nota clara. É que aquilo não é um loteamento privado em que cada um tem o seu lote e a sua casa no seu lote. Aquilo é um parque de campismo em que se têm uma estrutura, deixa de ter uma estrutura. Como é normal em qualquer parque de campismo.

É neste quadro de rigor, de defesa da saúde e da salubridade e da segurança dos utilizadores que esta decisão está tomada. E vamos executar em total respeito por toda a gente, mas em defesa da vida de toda a gente. É incómodo. Mas quando nós estamos doentes e alguém nos diz, o nosso médico, que temos que ir para a mesa das operações, fazer uma operação, fazer uma anestesia geral isso é comodo ou incómodo? É altamente

incómodo. Mas vamos ou não vamos. Alguns não vão porque têm medo. Mas, em regra, as pessoas vão porque em primeiro lugar está a vida. É neste quadro que nós tomámos esta decisão e, enfim, com todo o respeito por tudo aquilo que vocês disseram e se o Pedro continuar a querer manter a reunião eu também a mantenho para falarmos disto a preceito, mas ouçam, não vale a pena esta conversa demagógica para jornalista ouvir.

Se nós visitámos, se nós conhecemos! Nós visitámos, conhecemos, talvez melhor que vocês. Nós soubemos não só o lado bom, esse vocês conhecem melhor que todos nós, mas nós conhecemos melhor que todos vocês o lado mau.

Portanto é neste quadro que, com toda a profundidade, a seriedade, nós Câmara e nós Assembleia Municipal tomámos esta decisão.

O que é que nós queremos fazer? Repito. Queremos fechar, limpar, fazer uma obra de qualificação e voltar a abrir.

Perguntou o Senhor Júlio Barreto, se vamos abrir com a gestão da Câmara ou com gestão privada? É uma decisão que nós não temos tomada, mas que tomaremos seguramente nos próximos meses.

O que eu vos garanto é que iremos ter uma gestão profissional e em condições. Gestão à moda da Junta de Freguesia do António Aguiar – negativo. Vamos ter uma gestão da Câmara Municipal de Aveiro diretamente ou concessionada a uma outra entidade, mas profissional. À moda da Junta do António Aguiar, negativo. Ilegalidades como lá existem à carrada. Irresponsabilidades como as que existem à carrada, risco de vida para os utilizadores do parque de campismo, vos garanto que quando reabrirmos o parque, não vai existir. E é isso que eu julgo que os utilizadores querem. É uma gestão com qualidade.

Obviamente vai ser um gosto grande nós, dois, três meses antes de reabrir podermos mandar um email, uns anúncios, a dizer que iremos reabrir o parque, mas com as regras certas. E está toda a gente convidada para poder vir ali para um parque de campismo e não para um loteamento privado. Porque o que temos ali agora é um parque de campismo entre aspas. E quando reabrirmos vamos ter um parque de campismo sem aspas.

E é neste quadro de muita seriedade, muito determinação, é que nós estamos a trabalhar, repito, com um investimento grande que eu preferia não o fazer, porque a câmara tem tantas coisas onde investir, mas é um elemento absolutamente essencial.

Senhor José podemos um dia falar sobre a história do parque. Eu conheço-a muito bem. Não é exatamente como disse, mas tocou nalguns pormenores. Como é que aquilo nasceu? Aquilo não nasceu parque de campismo. Aquilo nasceu de um acampamento dos militares e dos seus familiares não tem nada a ver. Nunca foi na ambiência militar um parque de campismo. Era um acampamento informal e depois é a Câmara de Aveiro que o transforma formalmente em parque de campismo.

Eu tenho essa história profundamente conhecida e terei muito gosto em aprender consigo, como é evidente, e em partilhar consigo também alguns dos conhecimentos que eu próprio tenho profundamente, por ter estudado e falado com quem sabe sobre esta matéria. E, portanto, deixar essa garantia de disponibilidade para diálogo, como é evidente, mas de absoluta determinação em termos um parque licenciado, em termos utilizadores que cumprem a lei e a ordem. E uma das nossas ideias, entre outras, é aquela que o Senhor Júlio Barreto disse, de podermos tirar proveito daquela localização fantástica, criando estruturas que propiciam uma relação direta e próxima com o Parque Natural da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, que é nossa vizinha contígua e com a Ria de Aveiro. Nomeadamente com o tal trapiche que nos permita tirar mais proveito dessa relação fantástica que o parque tem com a nossa Ria de Aveiro.

Portanto é neste quadro muito sério, muito determinado, e aquilo que vos digo e vos garanto é esta determinação de executarmos aquilo que decidimos com profundo conhecimento de causa, sem nenhuma levandade e insensibilidade, nem de mim, nem de

nenhum dos Senhores Vereadores, nem dos Senhores membros da Assembleia Municipal, com a exceção de um, que é o maior responsável pela miséria a que chegou o parque de campismo de São Jacinto, chama-se António Aguiar. E, obviamente, estar disponível para conversarmos, para ajudar naquilo que seja possível, mas com uma grande decisão. Reabriremos o mais rápido que seja possível, com a devida qualidade, para que vocês possam voltar, porque, obviamente, o parque de campismo vai ser alvo desta operação para abrir as suas portas e para receber todos aqueles que já gostando de lá estar, é minha profunda convicção que vão gostar muito mais de lá estar com o parque qualificado, que vamos reconstruir. Muito obrigado.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início⁰¹⁶ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Ex.mos senhores e senhoras deputadas, senhor Presidente, membros da mesa. Trago-vos aqui um assunto que está na ordem do dia no país. Foi conhecido no início desta semana, quando o Governo ditou resposta à inflação. Queremos deixar aqui algumas notas sobre o assunto, nomeadamente que o achamos mal, tardio, parcial e curto.

Não dão uma resposta estrutural face ao agravamento das condições de vidas e às exigências que a atual situação comporta e revelam mais uma vez, a falta de vontade política do Governo a enfrentar o que é preciso enfrentar, os interesses de grupos económicos monopolistas, cada vez mais manipulam a economia e enchem os bolsos com a crise e à custa da crise, enquanto as desigualdades, as injustiças e o empobrecimento dos trabalhadores e dos reformados se agudizam. De facto, adivinha-se a continuação de transferências de riqueza de baixo para cima, não é possível negar as evidências traduzidas no aumento preços dos bens essenciais, nos salários e pensões cada vez mais curtos, porque muita cosmética que o Governo queira usar para disfarçar tal descalabro.

Mas, como se explicam que nos últimos meses, quando o povo português passa as maiores dificuldades, estejamos a assistir a milhares e milhões de lucros já acumularem-se, em alguns casos, a baterem recordes. Só no primeiro semestre deste ano, os 3 maiores grupos económicos, acumularam mais de 2 mil e 300 milhões de euros de lucro.

O que se imporia seria um aumento de todos os salários, incluindo o aumento intercalar do salário mínimo nacional para 800 euros. A valorização do poder de compra dos reformados, o controlo e fixação dos preços de bens essenciais, a taxação dos lucros dos grupos económicos para investir no reforço dos serviços públicos, em particular na saúde, na educação e na habitação.

Relativamente aos salários o que o Governo anuncia é uma prestação que se esbate em Outubro e que não chega sequer a ser metade do valor da inflação já verificado. Relativamente às pensões, o Governo pretende antecipar uma parte dos aumentos que a lei impõe, mas com prejuízo para os pensionistas a concretizar em janeiro de 2024

Uma prestação única no mês Outubro não resolve o problema nem é a vida das pessoas. E isso não pode substituir os aumentos das pensões a partir de Janeiro 2023 nos termos da lei. O aumento previsto para o próximo não pode ser posto em causa.

Lamentamos profundamente e não nos resignamos a aceitar com medidas sem retorno as medidas que foram apresentadas pelo Governo e que não se destinam a beneficiar quem mais precisa, nem a controlar os preços dos alimentos e de outros bens essenciais. E queremos saber qual é a sensibilidade deste município em relação aos tempos que se adivinham, que serão bem para todos.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, da Câmara Municipal, Senhores vereadores, senhores deputados municipais e restante público presente. O primeiro assunto que eu trago a este período antes da Ordem dia de tem a ver com uma notícia vinda a público recentemente, diz respeito à demolição da “vivenda Aleluia” na Avenida Lourenço Peixinho e atual sede do Partido Comunista em Aveiro. E o PCP vai demolir a vivenda, porque quer lá construir um prédio de 7 andares! Com certeza que esses sete andares não serão para habitação social.

Nós sabemos que este prédio já em tempos foi, teve uma apreciação do Instituto Português do Património Arquitectónico, como sendo esta moradia de bastante valor arquitectónico.

Nós não somos especialistas em Arquitectura, mas, portanto, queremos acreditar nesse parecer. Se esse valor arquitectónico da vida moradia fosse demonstrado nós estaremos obviamente contra a sua demolição.

A Câmara já aprovou a sua demolição e nós compreendemos a perspectiva da Câmara que há ali uma diferença de volumetrias bastante grande que, comparativamente aos prédios ao lado, mas se a moradia, for demonstrado que tem mesmo valor arquitectónico, nós seríamos a favor da sua manutenção, eventualmente até pintar ali uns murais nas paredes, nos prédios ao lado, o hoje em dia as pinturas murais estão-se a tornar comuns em cidade e permitem disfarçar partes menos bonitas das cidades.

Eu recordo que em 2006 o anterior proprietário quis demolir esta moradia para construir lá um prédio de 5 andares na altura. O PCP foi contra, foi contra e lendo uma notícia do público de 2006, o PCP, apesar de politicamente estar na oposição, congratulou-se com esta deliberação e defendeu até que devia ser exemplar. Ou seja, extensível a mais edifícios do município que deveriam ser preservados devido ao seu valor arquitectónico.

Portanto, depois em 2014, o PCP comprou a moradia. E depois de comprar a moradia já passou a ser favorável à sua demolição. E agora quer lá construir, imagine-se, um prédio de 7 andares.

Portanto eu recordo que a senhora deputada do PCP que está aqui presente, penso que foi a mesma a senhora deputada Joana Lima, que esteve cá recentemente, quando foi para discutir a transferência da venda do peixe do mercado do peixe para a o Manuel Firmino, um dos argumentos que que usou foi que isso iria descaracterizar a cidade. Então eu pergunto se substituir uma moradia com valor arquitectónico, estilo de arte nova, por um prédio de 7 andares não irá também descaracterizar a cidade?

Portanto o principal motivo que me trouxe aqui e que nos levou trazer este assunto aqui, foi para desmascarar esta enorme hipocrisia do PCP. É meso caso para dizer “bem prega Frei Tomás olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz”.

Bom, mudando de assunto. O ano escolar está aí à porta. O aquecimento das escolas e o bem-estar das crianças e dos jovens é um assunto que nos preocupa. Soubemos que em anos anteriores houve alguns problemas com aquecimento das escolas. Aveiro têm dezenas de edifícios de ensino básico, secundário. Portanto, nós queremos lançaram um repto ao executivo. Temos uma crise energética, com o agravamento do preço eletricidade, portanto, nós lançamos o repto, precisamos de mudar de paradigma e era o executivo camarário começarem a fazer a instalação de painéis solares nas escolas do município e pensar numa

perspetiva de médio-longo prazo. Painéis solares, eventualmente com baterias. É tudo o que tinha para dizer. Muito obrigado”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais aproveitar para cumprimentar na sua pessoa todos os presentes e quem nos acompanha via Internet.

Em Abril foi noticiado e questionado aqui sobre a lixou lixeira a céu aberto na zona industrial de Taboeira. Uma vez que já passou o período de férias gostaria de questionar como se encontra todo o processo? Já existe data prevista para a remoção dos resíduos. Se existe alguma assunção de responsabilidades. Se a Câmara Municipal já foi alvo de multa, contraordenação por este processo e se existem outros processos de contraordenação em curso.

Outra questão. Na última semana, fomos abordados por um cidadão que se manifestou preocupado com a situação dos jacintos de água no caso, na Pateira. Queríamos aproveitar para questionar como se encontra todo o processo de remoção jacintos, Pateira e Rio Novo do Príncipe, nomeadamente com APA a quem aqui o Senhor Presidente já referiu que tem responsabilidades sobre o assunto.

Aproveitar também outro ponto. Aproveitar para dar nota de algo que considerei caricato. Após uma overdose de Cultura durante o Festival dos Canais, houve uma ressaca, défice de Cultura de 01 a 15 de Agosto. Questiono isto porque, se Aveiro é candidata a Capital Europeia da Cultura, será compreensível haver uma mensagem no site do Teatro Aveirense a dizer “em 15 de Agosto voltamos”. Tudo bem, toda a gente tem direito a férias. Mas não será possível, pelo menos existir um encaminhamento para uma agenda cultural alternativa? Achemos incompreensível que um dos principais agentes culturais do processo do processo de Aveiro Capital Europeia da Cultura esteja fechado e sem encaminhamento para outras agendas culturais numa altura de férias e Turismo na cidade. Obrigado.”

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

“Caro Presidente e restante mesa, caro executivo, caros membros da Assembleia e caros cidadãos. O Bloco tinha aqui uma intervenção um pouco extensa em relação ao parque de campismo, mas dado que foi apresentado pelos cidadãos vou encurtar. A câmara neste processo decidiu não assumir nenhum compromisso no contrato que a Junta de freguesia tinha com a entidade gestora do parque, isto levanta algumas questões. A primeira é, os campistas que atualmente tem contratos longos no tempo, vão continuar a ter ou vão ficar desprotegidos? Eu creio que até um dos cidadãos fez essa questão e ficou por responder.

E a segunda, a câmara pela sua intervenção já tenho resposta, é que a câmara está a abrir a porta a uma concessão.

O Bloco de Esquerda manifesta-se para que o parque não seja concessionado, para que se mantenha público, para que o dinheiro que vai ser ali investido já que é investimento público, pois que o lucro ou a manutenção do parque, seja também ele público.

Passando um tema que é premente a atualidade, que é a questão do pacote de medidas de combate à crise inflacionária que o Governo anunciou recentemente. As medidas apresentadas pelo Governo para mitigar os efeitos da inflação chegam tarde, são curtas e que têm truques.

Já quando o Orçamento de Estado o Bloco de Esquerda tinha defendido a necessidade de medidas, tendo o Governo então recusado dizendo que a inflação seria temporária.

Nessa altura, as previsões, tanto a nível nacional como europeu, contrariavam esse discurso do Governo. Hoje é cem por cento claro, temos uma inflação galopante e a necessidade de

respostas. Com o passar do tempo não só ficou clara essa necessidade, como ainda aumentou e era premente, neste momento, exigia-se que houvessem medidas robustas para aumentar salários e pensões.

As medidas apresentadas são curtas, não chegam sequer ao valor de impostos que o Governo irá receber adicionalmente, em função da própria inflação e estão longe de conseguirem compensar no poder de compra a perda causada pela inflação.

Este pacote tem truques. Metade do pacote de 2 mil milhões de euros que o Governo anunciou para combater inflação na verdade, não é nada. Mil milhões é o aumento dos pensionistas que ocorreria sempre e que não é excepcional. Pelo contrário, isto vai castigar os pensionistas em 2024. A lei de atualização anual de pensões só foi descongelada pela exigência do Bloco nas negociações de 2015. O PS queria manter o congelamento. essa lei garante que quando a economia e a inflação crescem de forma significativa, as pensões recuperam poder de compra. É uma questão de justiça e que deveria acontecer em 2023.

Há 3 meses dizia António Costa, não há a mínima dúvida que iremos cumprir a fórmula de atualização das pensões. Entretanto, passaram apenas três meses e o PS quer agora mudar as regras, para que as pensões tenham uma atualização abaixo da inflação que estamos a viver.

Esta é uma mudança estrutural, porque não só as pensões perdem poder de compra no próximo ano, como deixa de existir uma regra para a sua atualização.

A trajetória das pensões é cortada e transforma-se numa eventual esmola, o que até agora é um direito dos pensionistas.

Outro truque está na descida do IVA na eletricidade! Afinal só se palica a uma pequena parte da fatura. No máximo reduz 1.60€. Este truque acaba por mostrar o contraste que há na forma como se está a lidar com a inflação. Porque enquanto à população se dão migalhas por outro lado, não se taxam os lucros extraordinários, milionários, que algumas empresas estão a ter. Nomeadamente as empresas energéticas. Estes lucros extraordinários são resultado da inflação e somos nós que estamos a pagar.

O Bloco de Esquerda defende que se deva tributar os lucros excessivos e que sejam fixados tetos máximos nos preços da energia. Estas medidas são fundamentais para garantir que se trave a transferência de riqueza da população para os grandes grupos. Estão já a ser tomadas em vários países e são defendidas a níveis nacionais por entidades tão distintas como a Comissão Europeia e ou o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres. Finalizo esta nota, com, ainda, a falta de respostas para esta crise por parte direita. Como exemplo o PSD teve, entre outros, Montenegro e Carlos Moedas a dizerem, combater a inflação é estar ao lado das famílias, mas apresentam como alternativa um plano ainda menor que o do Governo PS.

E perante o truque ao ataque do valor das pensões o PSD também já respondeu que, apesar de esta não ser a sua proposta, está disponível para a adaptar ao racional do Governo. Isto é, está disponível para negociar as pensões em baixa.

Numa nota à parte, gostava de dar nota das eleições em Angola. Estiveram presentes deputados, membros do PS, PSD e CDS, que foram convidados pelo Governo Angolano como observadores das eleições, estiveram nomeadamente Paulo Portas, o líder histórico do CDS, José Luis Arnout antigo ministro do PSD, Carlos César atual ministro do PS. PS, PSD e CDS dizem não haver violações de democracia que existem em Angola, alinhando numa política de limpeza de imagem do Estado angolano, sendo coniventes com a violação de Direitos Humanos

Presidente da Mesa: [021](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente, boa noite a todos. Muito obrigada ao senhor deputado do Bloco de Esquerda pela informação que refere 2 remodelações no Governo hoje, eu só sabia de uma. Um é o Ministro da Saúde o outro não sei qual é a pasta que tem. Que eu saiba Carlos César não é ministro do Governo.

Posto isto uma nota sobre os incêndios florestais que recentemente assolaram a nossa região. Não tenho qualquer conhecimento para falar sobre a forma como foram combatidos, as condições, etc, mas há duas coisas que eu gostava de deixar aqui. Primeiro, acho incrível, não se cortar a autoestrada A1 a tempo. As imagens que nós vimos na televisão, salvo erro de um jornalista da TSF que ia na autoestrada e filmou com o seu telemóvel o que se estava a passar, são assustadoras. Eu acho que isto é um atestado de incompetência a algumas entidades. Não se sabe exatamente se será a Brisa ou se Brigada de Trânsito, mas não houve previsão do avanço do incêndio. Acho que isto é muito grave, porque podia ter havido danos pessoais uma vez mais, por acaso não houve.

Ainda relativamente ao combate a incêndios. Uma coisa que me causou alguma confusão durante os incêndios da Serra da Estrela, foi durante um dia não haver meios aéreos porque estavam em manutenção! Eu pergunto se os aviões não podem voar durante a noite no combate aos incêndios, então porque é que a manutenção não é feita durante a noite e os aviões durante o dia possam voar. Não percebo. Deve haver pessoas muito mais qualificadas do que eu para falar destes assuntos.

Um outro assunto que eu gostava de trazer aqui é uma palavra de congratulação relativamente à indústria naval do concelho de Aveiro. Tivemos recentemente notícia da mudança de instalações de uma empresa que constrói barcos e que passa também a ter um serviço de remodelação e restauro de barcos e agora já tem um aumento da área de contrato de concessão com o Porto de Aveiro. Estou a falar da Navalria que mantém a sua atividade. É bom, é bom para o concelho. E põe-nos outra vez num dos primeiros lugares deste tipo de indústria.

Eu até deixava uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara para que fizesse um convite ao senhor Secretário de Estado do Mar, que há uns anos atrás quando era Presidente da Câmara de Viana do Castelo fez-se aí um velório pela indústria naval portuguesa.

Em Viana do Castelo deve saber-se o que se passa, e o senhor continuará a viver a vida em Viana e vai vendo os paquetes que se estão fazendo por lá, no estaleiro que na gestão do Estado não se fazia, até fizeram barco para os Açores que nunca o quiseram, porque não estava de acordo com o projeto.

Mas era bom que o Senhor Secretário de Estado viesse ver a industria naval a Aveiro, que está a funcionar e que está a aumentar a sua importância.

Por último e relativamente à intervenção da senhora deputada do PCP eu gostava que nos informasse qual foi o aumento de salários que o PCP já fez este ano aos seus funcionários? O extraordinário, porque o normal no início do ano deve ter sido acordo com a inflação. É tão bom falar-se na sobre a casa dos outros e que os outros devem fazer ou não devem fazer, digamos qual foi o aumento extraordinário, gostávamos de saber. Obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentando vossa Excelência e todos na sua pessoa. Bom, não vou fazer aqui a discussão do governamental. Eu gostava até, tinha muito gosto em estar Assembleia da República, mas o meu partido nunca me pôs na lista e, portanto, estou impedido. Lá calha. Mas fazer aqui a discussão parlamentar num ponto de vista local, fará algum sentido se eu perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está a pensar em

concreto em tomar alguma medida extraordinária de apoio à população. Se têm isso na cabeça, não tem, etc. Por exemplo, aqui em Estarreja, no concelho ao lado, município governado pelo PSD, pagam por exemplo, a câmara suporta os livros de fichas aos pais, aos encarregados de educação, até não certo montante. Mas pronto, eu estou-lhe apenas a dar o exemplo de uma medida, haverá outras.

Não sei se tem essa preocupação? Preocupação terá, não sei se tem essa ideia em concreto e, portanto, fazia-lhe a pergunta para que me pudesse esclarecer.

Depois retomar aqui um tema antigo. Normalmente quando eu falo aqui de alguma coisa, normalmente responde que já está a pensar, já está quase e tal, ainda bem que fala nisso...

É. Só que, entretanto, já perguntei há uns tempos e ainda não está. E eu relembro-lhe o tema. E as passagens sobre o parque da cidade. Já lhe perguntei isto duas vezes, a primeira o Senhor Presidente respondeu e bem, é a passagem do parque que faz aquele desnível que faz com que as ambulâncias e os carros que passem ali naquelas lombas saltem e aquilo tem um problema óbvio, toda a gente que lá passa consegue perceber essa dificuldade, até mesmo para as ambulâncias. E depois tem um problema evidente ainda de sinalização.

Os peões têm tendência para achar que aquilo é uma passadeira e não é. As passadeiras estão nas extremas junto ao semáforo do antigo sinaleiro e junto da entrada do Hospital. Mas não há lá nenhum tipo de sinalização e isso não é muito difícil de resolver.

Isso não é muito difícil de resolver e eu já chamei atenção duas vezes para isto e acho que deveria ser. Até pode pôr lá uma placa a dizer que tudo é passagem para peões. São passadeiras na mesma, ponto final parágrafo, não tem problema nenhum.

Tem é que haver ali um tipo de esclarecimento qualquer naquela obra, tanto que os automobilistas como os peões não tenham a tendência, porque os peões tradicionalmente acham que aquela lomba é uma passadeira e, portanto, atravessam. Acho que toda a gente já uma vez ou outra, enfim, já se confrontou com essa situação.

Mas a pergunta é quando é que isso é resolvido? Ao início não era possível, por causa do financiamento etc. dessa percebi a explicação. E depois quando perguntei segunda vez já estava quase resolvido, mas havia ali um problema técnico em relação à rampa. O Senhor Presidente tem logo o cuidado de explicar com todos os pormenores, eu não quero saber, a única coisa que eu quero saber é quando é que vai resolver o problema. Se a rampa é na perspetiva técnica, a, b ou c isso é o Senhor Presidente que tem muitos conhecimentos técnicos de obras, mas não é isso que me interessa. O que me interessa saber é quando é que aquilo vai ser resolvido?"

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da mesa cumprimentar todos os presentes. Em primeiro lugar queria começar por dar os parabéns ao Senhor vereador Manuel Sousa, enquanto líder da concelhia do Partido Socialista, pela inauguração do seu espaço, da sua nova sede. Dar os parabéns enquanto presidente da concelhia do Partido Socialista e desejar muitas longas e proveitosas sessões de trabalho naquela sua nova casa com vista privilegiada para o canal central, para os moliceiros e para o novo Jardim do Rossio.

Dizia eu, desejar muitas, longas e proveitosas sessões de trabalho. E, claro, de acompanhamento e pesar por muitas e muitas derrotas eleitorais em Aveiro. Por isso, dar-lhe os parabéns pela nova casa, desejo de bons trabalhos e muitas derrotas políticas.

Em segundo, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Não sei se o que vou dizer deva ser neste ponto ou no ponto da atividade municipal. Penso que se encaixe nos dois. Senhor Presidente gerirá o tempo para me responder onde entender ser mais adequado.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro é sobra a descentralização do Governo nas autarquias. Processo às vezes difícil, mas sobre os desígnios e batuta da ANMP e do Governo têm andado em benefício dos cidadãos, que é a função principal da atividade política. O benefício do cidadão.

Não vou falar dos terrenos da Lota, esses sim além da dialética Câmara/Governo têm pelo meio alguém que não gosta de Aveiro e dos aveirenses, senão o problema já estava resolvido, mais assim ou mais assado já estaria resolvido.

O que lhe queria perguntar Senhor Presidente e após a evolução das conversas e negociações da ANMP e do Governo, na área da Educação e na área da Saúde, como estão a evoluir os dossiers no que toca que o município de Aveiro? Nomeadamente na Educação os desajustes financeiros e o mapeamento dos edifícios. E na Saúde, qual o avanço ou não da nova unidade de saúde de Nariz/Nossa Senhora de Fátima/Requeixo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:^{02c7}

“Muito o brigado a todos. Responderei de forma objetiva a todas as matérias que entendo que devam ter resposta neste ponto. Joana Lima, diz qual é a sensibilidade do município para esta crise. Há uma questão que é muito importante nós termos noção, aliás havia outras questões que foram nesta matéria do pacote do Governo. Este tipo de crises não tem uma incidência municipal. Tem uma incidência nacional, europeia e mundial e, portanto, a entidade que tem que tratar destas matérias é a entidade gestora dessa dimensão. Os municípios devem estar obviamente atentos e suplementar em razão daquilo que especificidades locais determinem que deve ser preciso complementar com alguma medida as medidas do Governo, ponto um.

Ponto dois, nós, na câmara, temos uma filosofia completamente diferente do Governo. Esta “malta socialista” inventou esta coisa. Não estamos preparados para governar o país, mas estamos preparados para reagir a qualquer crise que surja. Há um incêndio na Serra da Estrela, pumba, lá está o Ministro A ou o Ministro B, nas televisões ou os secretários de estado. Se se apaga o fogo, eferreá, se não se apaga promete-se que é para amanhã, se não for amanhã, e se for apenas passado 13 dias, chega-se ao 14º dia diz-se que a área ardida podia ter sido muito pior! E vive-se assim neste país.

Vem a seca. Não há água! Ó diabo, mas andamos há quando estamos a estudar uma dessalinizadora para o Algarve e o Alentejo? Andamos há quantos anos para tomar decisões para resolver problemas graves que existem no interior do país a este nível de transvases. Porque é que não cumprimos o seu despacho do Ministro do Ambiente, Nunes Correia, ministro do Partido Socialista, talvez um dos melhores Ministro do Ambiente que este país já teve, do tempo de José Sócrates, que era proibir o Governo e as autoridades de gestão de darem fundos comunitários aos municípios que não cumprissem regras de harmonização tarifária da água, para garantir a autossustentabilidade dos sistemas. O Ministro fez o despacho, mas depois a rapaziada ninguém cumpriu o despacho. E o despacho foi depois subscrito por todos os sucessores do Ministro Nunes Correia, mas nenhum conseguiu garantir o seu cumprimento.

A nossa filosofia é completamente diferente. É nós termos capacidade da câmara na gestão, da energia, da água, dos apoios sociais, para termos capacidade de agir com maior densidade ou com menos densidade, consoante aquilo que é a necessidade. E não andar a inventar soluções e a dar conferências de imprensa, porque surgiu um pico no problema A ou no problema B. Nós não queremos ser notícia nem ir a funerais de bombeiros.

Nós queremos ter um Estado capacitado permanentemente para resolver os problemas, para prevenir o seu aparecimento e é esta a nossa filosofia radicalmente diferente da filosofia do Governo país.

O Gabriel Bernardo falou da demolição da vivenda. Só queria deixar uma nota, é uma matéria da gestão municipal, mas aqui em respeito ao Partido Comunista Português, devo dizer, o edifício prédio está licenciado, com parecer positivo das autoridades nacionais na área da Cultura, com parecer positivo da Câmara Municipal de Aveiro. Espero que o Partido Comunista avance rapidamente com a obra, quem sabe se um daqueles pisos não poderá ser a sede do Chega. Porque acho que é um sítio fantástico, num acordo interessante. E ficava o prédio mais equilibrado ter no rés-do-chão o PCP ou no primeiro andar, e num segundo piso o Chega. Podia ser interessante para o equilíbrio do edifício e para a gestão política dos extremos do espectro. Agora valor patrimonial é que ele não tem. Uma coisa é o PCP ter o mérito de ter o seu edifício bem cuidado, pintadinho, digno. Outra coisa inventarem que aquilo é Arte Nova. Aquilo não é Arte Nova nenhuma. Os painéis dos azulejos que têm valor, no licenciamento, têm que ser relocados. Mas não vale a pena agora inventar porque há para aí malta, especialmente uma senhora que nunca fez nada por Aveiro a não ser arranjar problemas e má notícia, que anda a dar notícia que aquilo é Arte Nova! Aquilo não é Arte Nova de coisíssima nenhuma. E, portanto, achando eu que o PCP tem muito mérito por ter a sua casa pintadinha e bem cuidada, como toda a gente devia ter a sua casa, independentemente de ser mais velha ou mais nova. Espero que o PCP passe do ato licenciadora à obra, que ponha à moradia abaixo, que feche aquele gaveto.

O Bernardo surgiu pinturas murais. Nós cá não queremos pinturas murais para tapar vergonhas. Ali ao lado está o pior prédio, o prédio mais feio da cidade, que é o prédio da sede da autoridade tributária, é um prédio horrível. É evidente que se puséssemos lá uma pintura mural alusiva ao André Ventura era capaz ter um aplauso do Chega. Mas não me parece que beneficiasse a imagem urbana da cidade. E, portanto, espero que o PCP passe do licenciamento que está feito, a realização da obra, porque ela vai beneficiar muito, além do PCP, a qualidade urbana daquela zona da nossa cidade.

O Pedro Rodrigues perguntou da lixeira a céu aberto. Não faço ideia do que está a falar! Deve ser uma montureira. É esse o nome técnico. Uma montureira que estava cadastrada, tem um problema delicado de natureza social por força da origem do conjunto de cidadãos responsável pela aquela coisa, que tem dado imenso trabalho de muitas horas ao nosso vereador responsável pela área, o vereador João Machado, para tentar ajudar as pessoas responsáveis por aquilo, para mudarem de comportamento.

Porque o país em que nós vivemos, não põe na ordem as pessoas que beneficiam de apoios do Estado e que depois fazem as pantominices que lhes dá na cabeça. E, portanto, isto não é uma loucura à moda do Joaquim Ramos Pinto, que não sei se é do PAN ou não é do PAN, mas é um dos militantes anti-câmara, associado a um jornalista da SIC, que é outro dos militantes anti-câmara e sempre que surge um lixozinho fora do sítio, aí vem o Joaquim Ramos Pinto associado a esse jornalista da SIC fazer uma reportagem.

Antigamente havia outra associação que era ao David Iguaz, mas pronto o Davis armou-se em político, correu tudo mal, espero que esteja vivo e são e com saúdinha, mas pelo menos politicamente lá foi ele à vida.

Quanto aos jacintos da Pateira e o Pedro falou disto, dizer-lhe que isto é uma velha questão. E é um problema do Governo e do Ministério do Ambiente. Não sei se viram, para a APA isto é um problema do ICNF, e para o ICNF isto é um problema da APA!? Aliás, faz-me lembrar a história da baleia que deu à costa. Contando sumariamente, há 2 anos entrou uma baleia na Ria. A baleia era grande, tinha 10 toneladas de peso estimado, porque ninguém a pesou, tinha 15 metros de comprimento e foi medida, isso era fácil. Infelizmente para a vida do animal, na maré vazante baleia encalhou.

Enquanto a baleia estava viva era da responsabilidade do ICNF. Descobrimos que a Lei portuguesa é tão estúpida, ou então aqueles que a mal interpretam, ficámos a perceber que depois que a baleia morreu, já não é o ICNF o responsável pela dita. Passa a ser a Agência

Portuguesa do Ambiente (APA). Porquê? Porque é responsável por cemitérios, não. Porque a baleia passando a ser matéria morta, vai entrar em decomposição, põe em causa a qualidade da água e a entidade responsável pela qualidade da água é a APA e, portanto, é a APA responsável quando a baleia fica defunta.

Aqui é uma coisa parecida com a dialética dos jacintos. O que é ridículo é que estas duas instituições têm a mesma tutela política.

E o que é mais ridículo é que os políticos em Portugal, normalmente os Ministros, fazem de conta que não têm nada a ver com o assunto. E fica a APA a mandar para o ICNF e o ICNF para a APA. E a Câmara de Aveiro a mandar para as duas entidades, a pressionar, para que resolvam o problema. É mau demais e é recorrente.

É preciso investir recursos porque os jacintos não desaparecem por vontade. É preciso investir muito dinheiro. Temos um projeto que esteve dois anos parado nas Finanças. Falámos aqui várias vezes dele. Para ver se no início da época do rebentamento da explosão do Jacintos, antes de começar a explosão, podermos retirar o mais possível dessa matéria, de forma a que ela não atinja as dimensões que tem atualmente. E andamos a pressionar, mas isso é só para o ano. Porque só agora o Ministro das Finanças disse que sim à despesa, num processo muito interessante. Vai ser um processo muito interessante, mas vamos ver os resultados. Mas temos que investir muito mais. E, obviamente agora é preciso alugar giratórias, tirar a massa existente e se continuar a chover muito pouco ou nada durante muito mais tempo, aquela massa orgânica vai continuar a crescer, não sai e não tem só danos para as associações náuticas como o Casimiro sabe, tem danos para o Ambiente, tem danos para os peixes, tem danos para a fauna, para a flora, tem danos múltiplos.

Já sabemos isto há tanto tempo. É só preciso agir, tomar decisões, investir para que este problema recorrente deixe de acontecer.

O Pedro Rodrigues achou que há um défice de cultura. Fantástico Pedro! Se um município como o nosso tem um intervalo cultural, deixe-me dizer assim, deixe-me dizer assim, de 15 dias em 365. Coisa fantástica. Seremos recordistas nacionais, seremos recordistas europeus ou mundiais, porque, obviamente, é preciso gerir infraestruturas, é precisar dar férias às pessoas etc, etc. Eu não sei se no PAN cumprem a lei ou não, se respeitam as pessoas ou não, nós respeitamos. E, portanto, temos uma oferta cultural densíssima, diversa, mas, como bem perspetiva, não pode haver eventos e concertos todos os dias. Mas sabe uma coisa que aconteceu nesta quinzena? Foi uma das melhores quinzenas que há memória e registos estatísticos, na quantidade de cidadãos que visitaram os nossos museus. Junho e Agosto do presente ano bateu todos os records que há memória na visita aos nossos museus. Porque cultura não é só o que acontece no Teatro Aveirense, no Festival dos Canais ou no Festival Dunas. A cultura é a porta aberta dos nossos museus. A cultura é a porta aberta da nossa cidade que tem arte nova, que tem cultura de rua, etc. Isto é cultura. E nessa nós temos cultura 365 dias do ano e o PAN está convidadíssimo para a conhecer, para a viver, e para a promover e nós agradecemos muito a vossa ajuda.

Quando às pensões, eu só gostava de dizer ao Ivo, não acredite em bruxas. Eu acho que o Presidente Luís Montenegro também não acredita, mas fez ali um filme a tentar ver se a coisa pegava, mas não vale a pena. Esta história de que o Governo quando chegar a 2024 vai tratar mal os pensionistas e só quem não percebe nada de política e da gestão do Partido Socialista. Aquilo que vai acontecer é exatamente nessa altura tomar medidas naturalmente corretivas, supersimpáticas para os pensionistas, com efeito direto sobre 2025, porque em 2026 há eleições legislativas.

Não sei se olhou para os 4 Ministros estavam na conferência de imprensa? Acha que foi por acaso que estava o Pedro Nuno Santos, o Fernando Medina, Ana Mendes Godinho e o Duarte Cordeiro? Acha que foi por acaso. Ou já olhou para aqueles que são os prováveis

delfins. Essa coisa de que o Governo vai maltratar os pensionistas em 2024 é de quem não percebe nada disto.

Apenas quanto mais a oposição disser isso, mais o Governo de António Costa e dos seus 4 delfins, vão aparecer como salvadores da pátria dos pensionistas. E demonstrar que todos aqueles partidos que o criticaram estavam errados.

Estejamos atentos, olhemos para a inteligência do primeiro ministro António Costa e do seu Governo. Inteligência tática ou política que é altíssima e deixemos esta inocência da oposição que não ajuda a pôr em ordem o Governo.

O pacote tem as suas patologias e os seus méritos. Esta é uma das notas estratégicas mais inteligentes que têm o pacote. E quem acha que o Governo vai fazer mal aos pensionistas em 2024 é quem não percebe nada disto e é melhor que mude de função e que se dedique, por exemplo, à agricultura.

O Pedro Pires da Rosa, eu já falei das medidas extraordinárias, sobre essa matéria da questão junto do Conservatório. Eu vou fazer aqui uma exceção para que não haja dívidas. Nós entendemos que aquilo está errado a dois níveis. Portanto, aquele troço da Avenida junto do Conservatório, para as pessoas perceberem melhor. Há dois erros lá. Um erro são aquelas três lombas entre aspas, passadeiras, que dão um ar de passadeira e que o não são. Apenas há um problema que detetamos análise técnica é que aquilo está feito sobre uma laje de betão muito estruturada. E, portanto, partir aquilo e recolocar a quota da envolvente é possível, claro que é, mas é uma operação brutal e caríssima, que nós entendemos neste momento que não a devemos fazer por questões técnicas e financeiras.

Há outra questão que eu pedi para avaliar. Que é se podemos fazer o contrário. Que é pegar na envolvente e subi-la à quota das 3 lombas passadeiras. Estou à espera de resposta para saber se, de facto, aquele cubo também está assente em laje de betão ou se está assente numa estrutura que nos permite fazer uma remoção e um enchimento simples.

A outra questão segunda é a sinalética. Mau grado uma discussão entre engenheiros e juristas sobre a aplicação do sinal retangular azul e branco, com indicação de zona de coexistência, que, aliás, está aqui um ao pé de nós, que são zonas usadas por peões e por veículos, com regras de trânsito especiais, para deixar claro que entre rampas de um lado e de outro, aquela é uma zona de coexistência, em que o peão tem prioridade da rampa a rampa e não só apenas nas lombas passadeiras entre aspas.

Portanto é neste quadro que nós estamos e obviamente ao seu dispor para tirar todas as dívidas, porque sei que, V.exa agora nada metido com “mentideros”! Sabe V.exa que independentemente da espanholice do seu parceiro novo, é altamente perigoso Pedro.

O seu Presidente da Câmara está sempre ao seu dispor. Os “mentideiros” que já lhe disseram quem é que ganhou o concurso do mercado do peixe, mentiram-lhe.

Só que V.exa não é um cidadão qualquer que acredita num qualquer espanhol que aparece a atravessar uma lomba passadeira ao lado do Conservatório. V.exa é membro desta Assembleia Municipal.

E dar nota de que alguém ganhou um concurso que ainda não acabou, está reclamado por candidatos, é gravíssimo. E, portanto, saiba, que eu estou sempre ao seu dispor, tem V.exa o meu telemóvel, não se meta com os “mentideiros” porque é perigoso, sejam eles espanhóis, sejam eles portugueses, é sempre um ato perigoso, especialmente para V.exa que sendo um cidadão bem-disposto e ativista das redes sociais corre o risco de tropeçar de forma grave, por estar a dizer coisas na praça pública que são gravemente falsas, sendo V.exa membro desta Assembleia Municipal. E tenho muito gosto em dar-lhe um print do seu post (presidente exhibe cópia do post) porque eu sou seu fan nas redes sociais. Sou seu fan. Porque V.exa é um redista simpático, alegre, divertido. Eu divirto-me imenso a ler os posts de V.exa, mas cuidado porque há posts e posts. E este é grave porque V.exa não é só um simpático, divertido, cidadão. V.Exa também é um advogado com cédula registada e

membro desta assembleia municipal e até aprovou o concurso que está em desenvolvimento e que não tem nenhuma decisão tomada sobre o seu vencedor.

E V.exa deu nota de quem venceu! Até postou uma fotografia do projeto do sr. arquiteto de uma das propostas e é particularmente grave.

Fica a sugestão em público de V.exa não andar aí metido nos “mentideiros”, mas dispor do seu Presidente da Câmara que está sempre alegremente ao seu dispor. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰²⁹

“Senhor Presidente, eu só pedi isto e não é para fazer aqui nenhuma arena, nenhum numero político com isto. Só para dizer o seguinte. O que eu disse foi que me tinham dito que o concurso tinha sido ganho – e escrevi. E não coloquei em causa (era só o que faltava, sei bem o que é que escrevo), que havia alguma coisa no concurso ou outra coisa qualquer, etc. E mais, essa fotografia que aí tem, que me foi enviada, foi publicada nas redes sociais. Isso foi retirado das redes sociais. Ou seja, foi colocada pública por quem, eventualmente seria o arquiteto desse projeto ou coisa do género. Se ganhou ou se não ganhou, eu não faço ideia nenhuma. Mas eu não digo que ganhou. Eu digo que me disseram que tinha ganho. Tinha só queria fazer esclarecimento. O Senhor Presidente não disse nada que seja em relação e que seja contraponto a isto, só estava a tentar confirmar e agradeço imenso que o Senhor Presidente seja meu leitor assíduo nas redes sociais.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Só sou leitor assíduo para me divertir, mais nada! Porque Vexa é um divertido. Tem piada naquilo que escreve.

Eu vou ler o primeiro paragrafo. Mentideros dizem-me que foi anunciada nas redes sociais a proposta vencedora para o novo mercado do peixe, muito embora nada conste na página do município. Num parágrafo a seguir, vou saltar por causa dos minutos, deixo-vos a imagem da proposta vencedora. Sabendo que muitos me dirão que devo deixar acabar a obra e que só depois crítico. Citei o escrito do redista social, dos mais ativos redistas sociais de aveiro, um divertido.

Eu aconselho a quem se quer rir à gargalhada de ser amigo do pires da Rosa, porque tem de facto piada. Mas isto não tem piada nenhuma. Isto é grave.

E se alguém ofendeu a consideração de alguém foi Vexa. que se ofendeu a si próprio, que ofendeu esta Assembleia e que se meteu numa disputa entre 4 privados, acesa, uma disputa acesa entre 4 entidades privadas, promovendo uma.

Portanto Senhor Doutor, o Senhor que é jurista e que é membro desta assembleia municipal, post aquilo que quiser, mas tenha mais cuidado antes que lhe sobre alguma chatice particularmente desagradável.

Estou a ser claro. Não falei em cima de si, porque além de não o ter ofendido, sou uma pessoa educada que ouço quem fala, mesmo quando fala em desagrado da minha pessoa. Mas devo dizer que este seu ato é um ato profundamente grave e não tem piada nenhuma. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções do Período Regimental de Antes da Ordem-do-dia, o Presidente da Mesa iniciou a Ordem-do-dia da Sessão.

Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de cooperação entre o Município de Aveiro e as Freguesias do Município:

- a) Transferência de Competências do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo para o ano de 2023;**
- b) Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2022 do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo;**

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 04/08/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³¹ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³²

“A proposta de transferências da alínea a) trata-se do cumprimento pleno da atual legislação da cooperação das transferências de competências da Câmara com as Juntas de Freguesia ao abrigo da nova lei, que lhe chamamos do pacote da Descentralização.

Apenas não cumprimos o prazo porque o prazo era Junho e vamos fazê-lo em Setembro. Obviamente eu tratei desta matéria com a Sr. Diretora das autarquias locais que obviamente me deu nota que não havia questão nenhuma nesse incumprimento porque estamos a tempo de informar a DGAL daquilo que vai acontecer.

Esta verba que está acrescida em cerca de 15% em relação à mesma tipologia da verba nos contratos de 2022, vai ser inserida no OE de forma a que, arredondando a conta estamos a falar de 1 milhão de euros, ela vai ser retirada dos fundos que o OE transfere para a Câmara e é a DGAL que a vai transferir diretamente para cada uma das nove Juntas do município, ficando a Câmara com a responsabilidade de monitorizar e as Juntas de executar. Portanto é este o quadro e obviamente toda esta matéria foi trabalhada, tanto da alínea a) como da alínea b) com as nove Juntas que estão envolvidas.

Quanto à alínea b), são as adendas que deixamos sempre no início do ano uma parte de dotação do orçamento por utilizar, por vermos as dinâmicas, os projetos, etc. E, portanto, este grupo importante de obras que agora se adenda tem um processo negocial que fizemos com o conjunto das Juntas de freguesia. Repito que não temos negociações bilaterais. As negociações são feitas com todos presentes à mesma mesa, ao mesmo tempo, e, portanto, estas operações que agora adendamos tem um exercício de altíssima probabilidade de serem executados física e financeiramente até ao fim do ano. Esse foi um dos cuidados para não estarmos a assumir compromissos e a cativar verbas para objetivos que não têm condição. Alguns dos que já estão nos contratos não tem condição, mas obviamente que estamos a gerir essas matérias. Mas nesta adenda e estamos a menos de quatro meses do fim do ano, esse trabalho foi devidamente feito para garantir ao mais elevado nível a execução física e financeira destes documentos.

Portanto é esta nota testemunhal, dum processo negocial aberto, franco, e obviamente fechado entre mim e o meu chefe de gabinete que me ajuda nesta matéria e obviamente os senhores presidentes de junta, para que pudéssemos fechar estas duas propostas que vêm da

aprovação na Câmara, dos executivos das juntas e das assembleias de freguesia, e para fechar o processo aqui estão na Assembleia Municipal. Aprovado estaremos na segunda feira a comunicar à DGAL e está toda a gente a trabalhar para executar os objetivos que aqui apresentamos para os formalizar. E obviamente estarei ao dispor para qualquer questão que entendam por bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Mais uma vez boa noite. Somos por princípio favoráveis à valorização das freguesias como órgãos de poder local que, estando mais próximos das populações, poderiam ter um papel muito mais importante na prossecução dos interesses da população.

Nesse sentido tem sido a intervenção do PCP, de norte a sul do País, descentralizando competências, recursos financeiros e recursos humanos, dando conteúdo prático à ideia política.

Poder-se-ia pensar, numa abordagem mais ligeira, que, dado o que acabei de dizer, o voto do PCP seria, garantidamente, a favor na proposta da Câmara. Na realidade não vai ser. E não vai ser porque, bem vistas as coisas, mais do que uma proposta para meios para garantir a concretização de duas transferências de competências, o que está na ordem do dia é o bloqueio ou o adiamento sine die do exercício de muitas das suas competências já previstas na Lei.

O que é que significa, de facto, deliberar (como consta da proposta da Câmara) propor à Assembleia Municipal que delibere manter no âmbito de intervenção do município as competências das freguesias enumeradas nas alíneas c) a m), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019?

Por motivo de gestão de tempo não irei referir as 11 competências, mas estamos a retirar às freguesias com esta deliberação, mas ao fazê-lo, estamos, de facto a contrariar o princípio da descentralização bem como o da subsidiariedade. E a minorizar o papel das freguesias!

Por que razão uma freguesia que pode fazer “A gestão e manutenção de espaços verdes” é impedida de fazer “a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico”?

Por que razão uma freguesia preparada para “A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” não poderá decidir “A autorização da realização de acampamentos ocasionais”.

Outras perguntas poderiam ser feitas para sublinhar o esvaziar de competências que a deliberação de hoje vai significar. Uma deliberação centralizadora, estranhamente aceite por seis das nove juntas em causa, sendo que S. Jacinto está fora do processo.

Não me enganei, não. Basta consultar os documentos do processo para saber que as Juntas de São Bernardo, UF de Glória e Vera Cruz e UF de Eixo e Eirol não emitiram o parecer obrigatório exigido pelo n.º 4 do artigo 2.º da referida Lei. Que fique claro que registamos mais esta irregularidade. Mas não vamos deixar de votar por causa disso.

E apenas por respeito às deliberações das juntas e assembleias de freguesias do concelho, mesmo que delas discordemos, optamos pela abstenção e não pelo voto contra.

Deixando clara a opinião de que é necessária mais política de proximidade e que para isso, não podem ser as freguesias a desistir de assumir o seu papel e a abdicar de direitos que já são seus.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)⁰³⁵

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰³⁶

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰³⁷

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰³⁸

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

“Muito obrigada Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Dar aqui só uma nota e felicitar a forma como todo o processo decorreu e como a negociação deste processo decorreu. Numa mesa de trabalho com todos à mesa. chegando a consensos e eu acho que isso reflete bem, aquele que é o pressuposto de confiança que também tem sido desenvolvido durante o nosso trabalho, no meu caso, durante os 3 mandatos.

Portanto foi um processo discutido com todos os presidentes de junta. As propostas saíram da mesa da negociação e deixar aqui duas notas. Às vezes gostava que alguns colegas que estão sentadas nestas bancadas pudessem ser presidentes de junta uma semana, só para perceberem as coisas. Porque dá a sensação que estamos a falar em mundos diferentes. Quando se diz aqui, por que é que as juntas não assumiram as responsabilidades todas, se calhar precisamos de conhecer as realidades das juntas, não as do concelho de Aveiro, onde quase todas somos referência, mas a realidade a nível nacional.

E o que hoje estamos aqui a discutir é uma mais-valia, é uma relação de confiança connosco, com os presidentes de junta, com os seus executivos, mas também um trabalho árduo da Câmara Municipal.

As juntas de freguesia têm competências, tem pessoas capazes de exercer a suas atividades e de fazer estes trabalhos. Não tem recursos. Mas os recursos, não é a Câmara tem a culpa. É o Governo da nação.

É o Governo da nação que se comprometeu a dar um contributo às despesas covid que as juntas de freguesia fizeram e sabem o que receberam? Zero. Zero é o que está atribuído às juntas de freguesia.

Isto revela bem a relação que o Governo tem com as juntas de freguesia e como somos tratados pelo Governo, não pela Câmara Municipal, porque até hoje tem correspondido na íntegra, com tudo aquilo que se propõe nas reuniões onde estamos todos na mesma mesa a discutir as mesmas coisas. Os 15% foram negociados. Foram tratados e foi unânime a decisão ser este o valor.

Por outro lado, dizer também que em relação às adendas também foram elas discutidas na mesma mesa. Cada um com a suas especificidades, como é normal. Cada junta e cada executivo tem a suas vontades próprias e os seus objetivos. E dar esta nota que eu acho que é bastante importante. Este pacote revela uma relação de confiança entre a Câmara Municipal de Aveiro e a suas 9 juntas de freguesia. Lamentando desde já que a freguesia de São Jacinto não esteja aqui e não pudesse estar também nesta negociação.

Mas, infelizmente, é aquilo que se sabe e que é público, acerca dessa junta de freguesia. Mas deixar esta nota muito positiva de dizer que as juntas estarão sempre disponíveis para receber competências.

Estamos disponíveis para corresponder àquilo que é a vontade de fazermos mais pelo nosso município e pelas nossas freguesias, na certeza de que com confiança é possível, sem confiança não. Por isso Senhor Presidente de Câmara, agradecer a confiança que tem em nós. Sabe e penso que estou a falar por todos os presidentes de junta aqui presentes, meus colegas, sabe que conta sempre connosco, tem nas juntas de freguesia a capacidade para pormos em prática aquilo que são as responsabilidades que em nós são delegadas. Mas também porque nós confiamos em si e sabemos que podemos contar consigo e com o seu executivo. Já que com o Governo, deixo aqui este lamento profundo de termos sido literalmente enganados, porque não iremos receber algum valor covid. Todos os meses reportámos à DGAL esse valor e que sabemos agora, e posso dizê-lo porque já é público e porque, como sabem, sou membro do Conselho Diretivo da Anafre e já fomos informados que as juntas de freguesia não irão receber nem um cêntimo.

Deixar este lamento aqui também público. Sobre isto, e mais uma vez, dizer, Senhor Presidente, conta connosco, sei que que é difícil as juntas terem recursos para fazer tudo, mas somos capazes e estamos cá para isso e fomos eleitos para isso. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos. Ele até apetece-me dizer que quanto mais tempo ando nesta vida autarca, cada vez percebo menos. Tive a assembleia de freguesia no dia 2 para aprovar por força da lei estes pontos, e qual não foi a minha surpresa (ou talvez não) talvez por isso o Partido Socialista não quis aqui intervir neste ponto, qual foi a minha surpresa, que o Partido Socialista que quando fez campanha na Glória/Vera-Cruz, naturalmente, na perspectiva de fazer melhor para a população, lutar realmente por aquilo que no seu entender e a sua obrigação é na verdade fazer uma freguesia mais progressiva, mais rica, mais capaz, resolver o problema das pessoas. O Partido Socialista simplesmente absteve-se! E fez uma forte crítica, uma forte crítica realmente ao relacionamento entre a Câmara e o Presidente a Junta de freguesia. Porque, depois de eu lhes dizer que era extremamente importante para a nossa ação estes valores que a Câmara transfere para a Junta (este ano anda à volta de 200.000 euros). Pois está errado, não devia ser 200.000, porque não 400.000, porque não 500.000, porque não 600.000. Enfim, isso levou a questionar o que é que foi feito pelos anteriores presidentes de câmara, mesmo aquela que governou Aveiro entre 1997/2005, a respeito das delegações de competências.

Senhor Presidente, pronto, cada vez eu percebo menos. Quando isto é verdade, não devia ser. Fizeram uma campanha, uma lista conjunta para a Junta de Freguesia, e se não é para pensar no bem e no progresso dessa junta de freguesia e agora acham que as delegações de competências não deviam ser atribuídas à Junta de Freguesia, não sei. Inclusivamente fui comparado a um carteiro, a um carteiro! O que me levou a responder com dureza e dizer que eu fui eleito em 8 eleições democráticas para a Junta de Freguesia e não para carteiro. Mas, enfim, são estas coisas que acontecem na política e nós vamos tendo alguma estrutura e algum arcaboço para ir respondendo com serenidade. Porque a nossa formação própria, a nossa educação, não nos permite embarcarmos em polémicas e alimentar especialmente estes deputados.

Portanto, surpreendo-me não haver nenhuma intervenção aqui do Partido Socialista. Surpreendeu-me, confesso, que o Partido Socialista na minha assembleia de freguesia se abstivesse e com forte crítica a esta atitude da Câmara Municipal para com as Juntas.

Nem digo mais nada porque a minha colega Ângela já disse tudo. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴³

“Bom, está tudo dito e globalmente bem-dito. Aquilo que nós temos em Aveiro é um processo exemplar, de mesa aberta e não tem nada a ver com o facto de sermos todos do mesmo partido. Fazemos, cumprimos. A gestão política é feita com a vontade dos cidadãos. No mandato anterior havia 2 juntas de freguesia do Partido Socialista. Neste apenas há uma (ou havia). E, obviamente, o trabalho é igual, exatamente igual. Sempre foi.

E porquê? Porque somos gestores públicos. Aqui a matriz partidária existe, é respeitada, mas não faz diferença quando estamos a usar os dinheiros públicos para servir os cidadãos. Pura e simplesmente é assim. E, portanto, esta é uma atitude e uma opção política que tem tido um balanço sucessivamente positivo, por isso a continuamos a fazer, com entusiasmo, sabendo que há áreas da lei que poderemos vir a descentralizar, mas que exigem uma

capacitação prévia das juntas de freguesia porque ainda não têm. Amanhã inauguramos uma obra fantástica em Cacia que levou quase 30 anos a ser executada. Uma ousadia do Presidente Casimiro Calafate. Uma ousadia do Presidente Nelson Santos. Uma ousadia da relação da Junta com a Câmara de Aveiro.

A obra da junta, claro que é da junta. Meteu muito dinheiro claro que sim. Mas se não fosse a câmara a gerir o concurso público, a fiscalizar, a gerir o empreiteiro, a responder a cada ocorrência, não era possível fazer aquela obra, porque as juntas não têm capacidade técnica de recursos humanos para fazer certa tipologia de coisas. É a vida, isto não está mal, nem tá bem. É assim. E neste quadro de fazermos esta cooperação com o máximo, mas com sustentabilidade. Nós não estamos aqui para arranjar problemas às juntas. Não, nós andamos aqui para maximizar este recurso financeiro que é de todos nós, porque colocado na mão das nossas juntas de freguesia, entendemos que pode ser executado.

O nosso histórico diz-nos que é executado com níveis de eficiência, mais elevados do que se fosse a Câmara a fazê-lo. E, portanto, vamos continuar a trabalhar, a verificar o aprofundamento destas componentes, a arranjar novas, mas de forma sustentável e não a atirar competências e depois as juntas que se desenrasquem se não tem engenheiros, não tem uma série de técnicos em termos de recursos que, obviamente, não permite nós atirmos. E nós atiramos, porque somos a equipa. Porque cooperamos com as nossas juntas de freguesia. Assim é e assim vai continuar a ser, o tal princípio da confiança que a presidente Ângela Almeida referenciou. E a experiência. Porque muita gente não poucas vezes, alguns falam disto, porque não sabem. O próprio Partido Socialista já não sabe o que é uma junta no concelho. Está a perder a memória. Ainda por cima, como tem má memória da única junta que tem, pois é melhor estar caladinho, porque a coisa não tem lá grande bandeira no que respeita às juntas de freguesia.

E, portanto, é um bom passo que temos dado até aqui. É um bom passo que queremos continuar a dar naquilo que falta do ano 22. E naquilo que nesta componente fica definido para o ano 23. Sabendo que cá voltaremos na outra componente das transferências de competências para o ano 23. E muito obrigado pelo apoio.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁴ Ponto 1 – Apreciação e votação das propostas de cooperação entre o Município de Aveiro e as Freguesias do Município:

- a) Transferência de Competências do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo para o ano de 2023;**
- b) Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para 2022 do Município de Aveiro para os órgãos das Freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Esgueira, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Bernardo;**

Sendo as propostas aprovadas por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+CHEGA1+PS6+PAN2+BE2), uma abstenção (PCP1), e zero votos contra.

Seguiu-se a seguinte declaração de voto.

Vogal Joana Lima (PCP):⁰⁴⁵

“A minha declaração de voto é a minha intervenção.”

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 28MAI22 a 02SET22.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁴⁶ para apresentação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente, de uma forma muito breve. Foi um período longo, foi um período muito intenso, cheio de atividades culturais, também obras, objetivos novos cumpridos e é esta a marca deste período a que respeita esta informação municipal, no seguimento daquilo que são as dinâmicas que estavam instaladas nos períodos anteriores e, obviamente, com continuidade garantida para o tempo que temos pela frente. Aliás, quem já conhece as deliberações de Câmara de ontem mesmo, vê uma reunião de Câmara densíssima, com decisões muito importantes que marcam bem essa continuidade de dinâmica.

Portanto é uma exposição que demonstra de forma muito clara essa riqueza, essa intensidade em todas as frentes da governação municipal nos quatro cantos do município e, portanto, estarei obviamente ao dispor para alguma questão que os colegas autarcas entendam por bem colocar neste período da ordem de trabalhos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Muito rapidamente também, queremos deixar aqui a nossa preocupação neste início de ano letivo, pela questão do da rede de transportes coletivos.

A oferta das carreiras dos horários não nos parece que que sirvam, nem os estudantes nem os trabalhadores. Realçamos, por exemplo, tão simplesmente os trabalhadores das grandes superfícies.

As respostas deste executivo não pode ser oferecer boleia as pessoas. Os cidadãos de Aveiro precisam de uma rede de transportes coletivos digna. E sem dignidade no básico, ficam as maiores ambições para este concelho que se quer tão dinâmico, criativo e empreendedor, não são mais do que abanar bandeiras.

Foi anunciado um congelamento no valor dos passes para o próximo ano, por parte do Governo, mais uma vez temos que falar do Governo. Mas o que fará a Câmara Municipal em relação aos transportes coletivos de Aveiro?

Estamos a poucos dias do arranque do ano letivo, o que leva muitos jovens das freguesias a terem que se deslocar todos os dias para o centro da cidade. A Câmara Municipal assume algum reforço das carreiras? Obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

“Boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento os demais presentes e quem possa estar a acompanhar-nos lá em casa. Já hoje foi falado aqui o assunto do Parque de Campismo, mas como está no relatório e eu gostaria de deixar aqui algumas questões que hoje ainda não foram faladas.

Nós votámos aqui nesta Assembleia Municipal, todos de boa-fé, mas não podemos deixar de discordar na forma como está a ser feito, como o processo está a decorrer. Sem qualquer diálogo com os campistas, portanto, não percebemos porque é que se vai fixar aquele aviso a avisar que no dia 1 de Novembro, àquela data, tudo o que lá estiver no Parque será destruído. O Senhor Presidente ainda hoje disse que conhecia bem o parque, portanto

também deveria saber que existem lá pessoas que têm bens e que frequentam o parque desde a década de 70 e que, portanto, será necessário salvaguardar pessoas e bens.

No aviso da Câmara ainda se pode ler que esta não irá assumir qualquer posição contratual que a entidade gestora tenha com terceiros. De facto, existe um restaurante, de uma família que fez obras há pouco tempo, foi obrigada a fechar com a pandemia, reabriu agora, tem um contrato a 10 anos, o que é que irá acontecer a este restaurante? Em princípio fechará, subentende-se. Se ficar aberto são-lhes retirados os clientes.

Não menos importante o parque tem funcionários. O que irá acontecer a estes funcionários do parque?

Não questionamos a necessidade das obras. Questionamos a forma como o processo está a ser levada a cabo, gerando receios nas pessoas, em vez de diálogo para se encontrarem soluções.

Também no ponto um do relatório sobre o Ecocentro, apelamos a que haja uma maior divulgação junto dos aveirenses sobre os materiais que podem entregar no Ecocentro e também que se preveja a recolha de máscaras cirúrgicas. Que haja também uma maior divulgação sobre a recolha de resíduos com destino à compostagem. Sabemos que muitos dos resíduos que vão para os aterros e para as lixeiras seriam perfeitamente compostáveis e reutilizáveis. Muitos dos aveirenses ainda desconhecem essa possibilidade.

Apelamos também que haja o maior investimento na educação ambiental, que é tão fundamental no nosso município.

Sobre o ponto 8 “aditamento ao protocolo que Ordem dos Médicos veterinários”, queremos novamente chamar aqui a atenção para o programa CED, captura, esterilização e devolução nas colónias de gatos. Já trouxemos aqui várias propostas, foram todas rejeitadas porque a Câmara dez está sempre a fazer. Quando vamos a verificar no terreno nada está a acontecer. As colónias estão sem esterilização, os animais morrem na rua, acontece o mesmo com as matilhas de cães que não são recolhidas e não são esterilizados e, portanto, os problemas continuam a suceder-se ano após ano.

Damos nota que há mais um parque Canino. Voltamos a falar em parques caninos, ainda bem que existem, mas a câmara continua a esquecer o permitido canil municipal. Já lá vão 9 anos, o que não permite uma atempada e adequada recolha dos animais abandonados na via pública, nem a falada e necessária esterilização destes animais.

A nova Veterinária municipal continua também refém do valor dos cheques veterinários, o que não lhe permite quando encontra um animal abandonado da rua, quando encontram um animal doente, não pode sozinha, sem autorização prévia, trazer um animal para ser tratado, pelo menos é essa a informação que nós temos. A pergunta é até quando Aveiro vai continuar a não cumprir a legislação na área animal. Até quanto vamos ter uma capital de distrito que funciona sem um centro de recolha oficial de animais.

Sobre a qualificação na Avenida 25 de Abril. Relativamente ao abate de árvores que vem referido no relatório, gostaríamos de questionar o executivo à luz da lei 59/2021 de 18 Agosto, que estabelece o regime jurídico de gestão do arvoredo urbano e a obrigatoriedade de um regulamento municipal de gestão de arvoredo no espaço de um ano desde a publicação da referida lei. Ou seja, até à próxima semana, se a Câmara está a trabalhar neste regulamento?

Lembramos também que, segundo a referida lei, a Câmara possui 2 anos (já passou um) para elaborar um inventário municipal do arvoredo urbano e a divulgação que propusemos aqui também numa proposta que foi rejeitada, porque a Câmara já o ia fazer na semana seguinte, entretanto já passaram 2 anos e, portanto, continuamos sem este inventário.

Queremos saber também se já estão a trabalhar no mesmo. Esta lei dispõe no artigo 17º que em caso de abate, é obrigatória a reposição de arvoredo que garanta a duplicação do nível

de sequestro de CO2 num raio não superior a 10 quilómetros. Isto está a ser acautelado é a pergunta que deixamos?

Á Senhora Vereadora Teresa Grancho, queremos deixar uma palavra de apreço relativamente às funções assumidas na CPCJ, desejando-lhe um bom trabalho, naquele que sabemos ser um grande desafio, concordando consigo quando diz “somos todos corresponsáveis neste fazer bem”. Obrigado.”

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰⁵⁰

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵¹

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Pegando nesta parte do concurso de ideias. Concurso de ideias é uma coisa que é habitual na governação do eng. Ribau Esteves. Já o fez para o Rossio. Depois há o concurso de ideias para o colégio Alberto Souto. E agora mais um concurso de ideias para a zona da antiga lota! Sou estou a sublinhar este facto, é um facto, estes três, e depois cada um a partir daí cada um interpretará isto como entender.

Amas a minha pergunta tem a ver com o concurso de ideias lançado para a lota. Isso significa já haver boas notícias ou não? Esperando que se não vierem, e já teci várias intervenções sobre esse tema, sempre no sentido de ter uma comunhão de esforços com a Câmara e, portanto, estou perfeitamente à vontade em relação a isso. Para mim aqueles terrenos são, e já tive oportunidade de falar várias vezes sobre isso até privadamente com o Senhor Presidente e, portanto, ele sabe bem o que eu penso em relação a essa matéria. Depois. Sublinhar as duas coisas que eu acho para mim me pareceram mais essenciais nesta comunicação. A questão do Eixo-Aveiro/Águeda, evidentemente. Porque é absolutamente decisivo para nós e para Águeda e é um marco histórico. Esperámos que não ande para trás e que este processo já seja irreversível, que é o que me parece agora um bocadinho. Mas nestas coisas só mesmo quando se tem a obra concluída é que se sabe se a coisa correu bem ou não. Mas pronto, em princípio, foi um passo que evidentemente foi dado e, portanto, agora é preciso ter muita lata para que isto não se concretize. Estou confiante que que é desta que vai. Isto é uma ambição que tem que 40 anos. Deve ter mais até, e, portanto, é um facto muito positivo para o município.

Depois. O Festival dos Canais correu bem. E o que é que não correu bem no Festival dos Canais? Talvez ter que encerrar uma via pública que agora tem um excesso de tráfego, para ter uma zona de concertos. Creio eu que será uma medida provisória, porque quando o Rossio estiver concluído, admito que será essa a grande zona. Não, não! Então não sei para que é que servirá o Rossio. Achava eu que seria uma grande praça onde se fizesse algum sentido, mas pronto. E para entroncar, no que são as duas obras estruturantes que estão e têm muito a ver com o congestionamento de trânsito em Aveiro, perguntar em relação à questão da Avenida. Eu já disse isto aqui uma vez e mesmo em relação ao Rossio, a minha discussão foi feita e fiz aqui até intervenções violentíssimas de discordância em absoluto. Votei sempre contra. Mas chegou certo momento, em que a maioria ganhou e lá calha, estão aí as obras a acontecer. Portanto a minha discussão tem só a ver com a questão das minhas críticas, as minhas sugestões, tem a ver com o que é o acompanhamento da obra. O Senhor Presidente aplicou este projeto, decidiu adjudica-lo, fez as votações todas e, portanto, está aí em curso e agora que corra bem o mais rápido possível e com menos transtornos. Sabendo eu, sempre, que evidentemente, a quem mora na Avenida causará sempre transtornos. Mas há uma coisa que me preocupa em concreto, que já não é bem um transtorno que é, e que houve várias pessoas que sinalizaram, que tem a ver com o percurso que as ambulâncias possam ter que fazer dos Bombeiros Novos, para circular ali nas pontes. As ambulâncias se calhar não têm que fazer o trajeto por ali. Ou se tiverem que

fazer ou quando tiverem que fazer, tem que está prevista uma forma de elas passarem. Porque se o trânsito estiver empancado e vai estar, porque aquilo é uma zona que vai ter sempre uma densidade de tráfego muito grande, para além de que a obra foi do meu ponto de vista mal calculada em relação às rotundas e vamos ter que andar para trás e colocar novamente semáforos. O Senhor Presidente pode agora fazer as rotundas que entender, ninguém se apercebe disso, porque elas estão à face, mas vamos ter que regressar. O Senhor Presidente agora vai-me dizer que não, mas daqui a dois anos, daqui a três eventualmente, vai dizer que não há outra solução que não seja a colocação de semáforos no cruzamento de Oudinot e no cruzamento da Alberto Souto.

E, perguntar para já, já agora, porque é uma pergunta que os aveirenses querem saber, é em quanto tempo é que se estima possa ficar aberta a rotunda do cruzamento na Rua Oudinot? Sim, porque logo aí irá haver uma afluência de tráfego um bocadinho diferente.

E depois perguntar se o encerramento de todo esse troço de obra vai ficar encerrado nos dois sentidos até ao final da obra ou não, portanto da rotunda da Oudinot até à estação. Depois, por último, uma questão que central porque é o olho da cidade. A praça Humberto Delgado é provavelmente a parte mais emblemática da cidade. A obra que lá está, diz-se, que vai ter uma obra arquitetónica, eu não vi nenhum desenho sobre isso, andei à procura nos mapas de obra do projeto e nada há sobre o que lá vai ser colocado! E, portanto, o que eu lhe perguntava era o que é que a Câmara tenciona, em concreto, ali colocar? E se o tenciona apresentar ou se vai fazer mais um concurso de ideias, para colocar na ponte praça ou se se vai deixá-la assim, porque, entretanto, houve algum desvario. Eu, há bocado, tenho muito a agradecer-lhe, só neste bocadinho tenho mais 112 seguidores nas redes sociais e, portanto, estou-lhe muito grato pela menção que fez e pela intervenção que fez e até aproveito para dizer, eu fiz aqui aos tempos um post que, entretanto, algum dos assessores lhe possa fazer alguma impressão, mas fiz três sugestões para a ponte praça. E uma delas até pontificava v.exa. com uma estátua. Portanto pergunta em jeito de brincadeira, mas objetivamente concretizando, o que é que a Câmara pensa fazer em concreto ali. Se é uma obra arquitetónica, se é manter os jardins que lá estavam.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [:053](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto, duas coisas breves ou três.

Salientar a reabilitação das escolas e algumas vão entrar em funcionamento agora, com uma qualidade que eu reputo de muitíssimo boa e, portanto, esta aposta na Educação começa a dar, tem dado, mas agora com mais ênfase os seus resultados bons resultados. Salientava também a atividade cultural que foi o sucesso. Não discrimino qualquer evento, pois todas elas foram um sucesso. E chamo a atenção desta decisão da Câmara de apoiar todas as Associações e temos aqui um rol imenso de Associações que foram apoiadas. Porque apoiar as Associações é o mesmo que apoiar aquelas pessoas que voluntariamente e à custa das suas horas de descanso dão muito à sociedade e, portanto, o reconhecimento da Câmara a estas pessoas é fundamental, para que elas se sintam amparadas e continuem a sua ação.

Não queria deixar aqui de manifestar o meu repúdio pela intervenção do Bloco de Esquerda sobre as IPSS. Entendendo essas IPSS como instituições liberais! Dizer ao senhor deputado, eu não sei se o senhor pertence à direção de alguma IPSS. Se pertence, qual é o seu ordenado? Sim, porque esteve a falar de dinheiro que as direções das IPSS recebem! Olhe, eu pertenço a uma. Ainda não recebi um tostão e já lá meti algumas centenas de euros. Portanto é um insulto que o senhor está a fazer aos dirigentes das IPSS.

A Câmara não obrigou ninguém as IPSS aceitaram. Eu estive nessa reunião, a Câmara propôs e as que entenderam aceitar aceitaram. Portanto não meta aí o liberalismo em tudo,

porque eu nunca fui liberal, fui sempre trabalhador desde os meus cinco anos, portanto, tenho muito cuidado, porque está a insultar centenas, se não milhares de pessoas que dão muito do seu tempo nas IPSS, como dão nas outras associações. Faça mais, façam mais e falem menos.”

Vogal Joana Lopes (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [:054](#)

“Boa noite a todos. Eu vinha apenas enaltecer a Câmara Municipal por não desistir e por estar sempre a manter a persistência e a luta necessárias naquilo que é a obra de ampliação e qualificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Pretendemos ou pelo menos está criada uma expectativa, a ver se a levamos a bom porto, pelo menos também aproveitando palavras já ditas hoje. Claro que só acreditamos no fim, quando virmos a obra terminada, mas pelo menos já há uma luz e é nela que acreditamos. Disse.

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[055](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[056](#)

“Muito bem. Dar nota que o que a Joana disse não verdade. Os transportes públicos municipais estão a funcionar bem, está tudo articulado, com o ajustamento que sempre fazemos no arranque do ano letivo, dos horários dos autocarros com as escolas, aquilo que disse que não servem os trabalhadores é tudo falso. Solicito-lhe, já disse isto e volto a dizer aqui, mas hoje especialmente dirigido a si, que propostas objetivas que os senhores membros da Assembleia Municipal tenham, de alteração da rede que temos, estamos no momento de as acolher e as discutir. Fizemos um trabalho que está feito pela TIS de avaliação da nossa rede, de propositura de alterações, estamos a discuti-lo, e propostas objetivas, não é conversa como a que a Joana trouxe aqui, é objetiva. Falta mais uma carreira a ligar o sitio a ao sitio b. Falta mais um autocarro para fazer as 7 da manhã, os das 6 e meia. Questões objetivas nós agradecemos muito. Porque estamos a fazer esse trabalho. Ele começa a entrar na reta final, porque obviamente depois temos que o fechar, que o formalizar, temos que ir a Visto prévio do Tribunal de Contas, para arrancar com ele na operação, dizemos assim, no primeiro trimestre do ano 23.

O resto é conversa para entreter. Aquilo do Governo dos passes sociais não tem nada a ver connosco. Quem manda na nossa operação não é o Governo, somos nós. O Governo apoia-nos com o PART. O PART apoia a operação municipal com pouco dinheiro, com muito pouco, mas é um apoio que nós agradecemos. No entanto, os nossos passes e o nosso tarifário no ano 22 e o terceiro ano que não tem aumentos.

Portanto não há novidade nenhuma, porque nós não andamos aqui, a mesma coisa que eu disse há pouco, a reagir. Não. Nós gerimos esta matéria em razão do enquadramento que temos e da capacidade financeira que a Câmara tem. Porque ao nosso concessionário temos que lhe continuar a pagar, a atualizar os preços, apenas não transpomos desde há 3 anos, os aumentos do custo da operação para o tarifário, porque o assumimos como custo no nosso Orçamento, em nome do contributo do combate à pandemia e de combate à crise inflacionista que estamos todos a viver.

O Governo veio agora com uma medida, fez muito bem. Mas a nós não nos toca. Já cá temos essa medida há 3 anos. E cá estaremos nas medidas que entendamos úteis e necessárias para a boa gestão da nossa operação e para apoio aos nossos concidadãos.

Marta eu não sei se estava cá se não estava cá na Assembleia Municipal, mas o PAN estava. De facto, olhe lá para o que vocês andam para aqui a fazer! O que está escrito nesse aviso do parque é um sumário da nossa deliberação. Se vocês se arrependeram, ou se andam

agora com um problema de namoro com o Partido Socialista, porque queriam muito ir outra vez coligados e o Partido Socialista diz que não quer, e vocês estão coitados todos à rasca, e querem ir outra vez coligados, o problema é vosso.

E, portanto, resolvam lá o namoro ou divórcio. Eu já li teses dos dois lados. Sejam coerentes. Aquilo que está escrito naquele aviso e usámos todos os meios, porque sabe que nós não podemos entrar no parque de campismo Marta. O parque de campismo tem uma entidade gestora, que se chama junta de Freguesia de São Jacinto. Eu pedi autorização formal ao senhor presidente da junta para distribuir aquele aviso a todos os campistas, um a um. O senhor presidente de junta recusou. E eu não vou sujeitar-me a mim ou a qualquer funcionário da Câmara a entrar no parque e ter um processo judicial por invasão de um território sem autorização.

Porque do presidente António Aguiar eu já vi de tudo. E não vou sujeitar nenhum funcionário da Câmara a uma situação desta natureza. E, por isso, tivemos que arranjar outra estratégia e o aviso que está à porta, num mini outdoor, é para suprir outras estratégias.

Agora tudo aquilo que diz está na nossa deliberação que o PAN também votou. Claro, agora que veem os cidadãos a protestar, andam de namoro com os Socialistas para ver se vão ganhar a Junta e depois vem com esta conversa hoje a dizer exatamente o contrário, daquilo que é a deliberação da nossa Assembleia Municipal.

Portanto, sobre isto e tudo o resto que diz, sabe para o que a vossa intervenção contribui? Contribui para o descrédito do PAN. Vocês só estão aqui porque o namoro vos rendeu dois lugares, porque se não fossem de coligação, nenhum de vocês hoje aqui estava. Porque o PAN desapareceu. O PAN empobreceu-se a si próprio porque mente. Mente sobre o cão, mente sobre o gato, mente sobre a árvore, mente sobre o parque de campismo São Jacinto. E o que é que dá isso? Dá o aumento da distância do PAN aos cidadãos aveirenses que não gostam de gente que mente.

E, portanto, aquilo que disse nas suas múltiplas facetas, incluindo essa análise à lei 59, está completamente errada. Esqueceu-se de uma série de pressupostos, nomeadamente sobre a sua regulamentação. Ficam para si e para que o PAN continua o seu processo de distanciamento dos cidadãos aveirenses e com coligação ou sem coligação, eu espero que seja sem coligação, venha a desaparecer na próxima eleição autárquica que teremos pela frente.

Já o Bloco de Esquerda não há cura possível Ivo! Vocês têm uma patologia grave, dramática. Eu não sei se o Ivo tem noção que o Governo português entrega por ano às IPSS portuguesas, para que elas façam serviço público da maior importância 1.400 milhões de euros. 1.400 milhões de euros. Não sei se você tem consciência disto ou sequer se tem a noção do que é que são 1.400 milhões? Ou se você faz ideia o que é que seria amanhã as IPSS deste país não abrirem a porta.

De facto, ó Ivo, vocês são uns infelizes. Vocês vivem num mundo negro. E era muito útil para a democracia que mesmo vocês continuando a ser infelizes, viessem viver para o mundo colorido onde todos nós vivemos. Com problemas. Com problemas que temos que tratar, temos que lutar, temos que resolver. Mas que não é o mundo negro. E para este mundo ser colorido, o trabalho das IPSS, do nosso município, do nosso país, é absolutamente fundamental. Do apoio aos bebés até aos mais idosos é absolutamente fundamental. Portanto é chocante, chocante, haver gente que diz o que você acabou de dizer, esse conjunto de disparates sem pés nem cabeça.

E quanto ao parque de campismo, vou pedir uma coisa. Faça o favor de me dar uma cópia do concurso público, do concurso público, da atribuição do direito de exploração do restaurante no parque de campismo, faça o favor. Não esteja para aí abanar! Abane-se à vontade, Vexa. abane-se à vontade. Devo dizer com clareza, quando você diz “o respeito

pelos contratos” coitados dos campistas desprotegidos, faça o favor de me dar cópia do concurso público, foi o Ivo do Bloco de Esquerda que disse, eu não estou aqui a brincar. Dê-me cópia do concurso público feito pela Junta de Freguesia de São Jacinto que atribuiu o contrato de exploração do restaurante, ok. Os campistas não têm contratos. Os campistas assinam uns papéis sem pés nem cabeça. Sugiro também, como é profundo conhecedor, que me deu uma cópia de um dos contratos dos campistas. Portanto fico à sua espera, porque essa mentira sistemática em que vocês estão nesse mundo negro não interessa nem à vida das pessoas nem aos campistas do parque de campismo, nem às pessoas que andaram ali, enfim, a procurar viver algo de que gostam, mas numa ambiência profundamente negra.

Mas fico a aguardar que o Ivo me envie cópia desse documento e do tal contrato que pelos vistos conhece e por isso falou neles e daí eu tirarei boas ilações.

Quanto ao concurso de ideias dizer só ao Pires da Rosa, vexa diz “é o normal no governo do Ribau Esteves”. Caramba, eu já não sei nada de matemática. Sei que vexa e a matemática tem relações muito difíceis. Mas, de facto, eu sou Presidente de Câmara há quase 9 anos, fizemos um concurso de ideias. Um. E lançámos agora mais dois, um mais dois dá três em nove anos de governação. Isto em nove anos dá 1 concurso em cada três anos. Dizer que isto é uma opção regular e normal de gestão de Ribau Esteves é um insulto a Matemática, embora é um elogio à inteligência. E eu agradeço-lhe. Em relação à matemática está resolvido porque vexa é o desastre que já todos conhecemos.

Mas em relação à elegância de elogiar a opção do concurso de ideias que esta própria assembleia aprovou é bom. E esperemos ter muitos candidatos para aprofundarmos a reflexão. Os concursos de ideias são operações contributivas para nós aprofundarmos a reflexão sobre algo. O Rossio, o colégio Alberto Souto, a antiga lota. É esse o objetivo. Esperemos ter muitos candidatos para podermos tomar boas decisões na gestão destas parcelas do território tão importantes.

Quanto ao Eixo rodoviária Aveiro/Águeda, falou o Jorge Greno e também o Pires da Rosa, dar conta do seguinte. As coisas estão a correr bem. Hoje mesmo tivemos uma reunião de trabalho. Projetista, Câmara de Águeda, Câmara de Aveiro, com as comitativas das câmaras liderados pelos próprios presidentes. Reunião de mesa, reunião no terreno, prevemos alguns problemas que temos para resolver. Espero depois vocês nos apoiem. Porque aquilo que tem alguns problemas. Há um sítio ou outro em que há uma casa ou outra em que não é compatível com o eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Espero que depois não haja umas moções a dizer para a gente fazer a compatibilidade daquilo que é incompatível. Mas deixar esta nota, está tudo a correr bem, estamos a trabalhar intensamente, para que o projeto fique pronto o mais rápido possível e possamos desenvolver esse projeto tão importante.

Quanto ao Hospital. O Conselho de Administração está a preparar o lançamento do concurso público para a contratação de projetista. E, obviamente, pressionamos o Governo, pressionamos agora o novo ministro, a quem desejo obviamente muita felicidade no cargo, para que a outra parte que o Governo ainda não aprovou, que são os termos de referência do Centro Académico Clínico, possa ser aprovado rapidamente, para que essa outra componente possa também vir a desenvolver-se como queremos todos, nomeadamente a nossa Universidade de Aveiro.

Quanto à Avenida. Obviamente, como vexa usa os mentideros, os mentideros só dizem disparates. E, portanto, devo dizer que o seu post citando os mentideros que, como diz no post, nunca ou quase nunca lhe falharam, pois devo dizer que os mentideros falharam. Não é redondamente é quadradamente.

E, portanto, tenha lá cuidado com os mentideiros. Já vamos na segunda, né! E fico muito contente que tenha ganho 112 seguidores, porque quantos mais adeptos vexa tiver, eu fico muito contente com isso. Porque vou procurar promover ainda mais. Porque quantos mais

tiver, mais vai tirar credibilidade a vexa e ao Partido Socialista. O que é útil para a nação aveirense e para o trabalho que temos para desenvolver.

Dar nota, no entanto, que não vamos recolocar os semáforos na Avenida. É uma opção. Quem vai vivendo a Avenida de forma tranquila, séria, objetiva, sabe o quanto o ganho é objetivo, e não vamos recolocar semáforo algum. As ambulâncias continuarão a circular. Não sei se o Senhor Doutor sabe que as ambulâncias quando estão em marcha de emergência têm prioridade. Não sei se alguma vez ouviu falar nisso. Fazem tiróni, acendem as luzes, e a malta que está pela frente tem de se afastar para deixar passar. Não sei se o Senhor Doutor já ouviu falar nisto? Quando estão em marcha de emergência, quando não estão, são uma viatura como as outras. Portanto, eu confio completamente nos motoristas das nossas ambulâncias, bombeiros novos, bombeiros velhos, do INEM etc. Eu, quando ouço tiróni, encosto o meu carro como seja mais fácil, para esquerda ou para a direita, para que a ambulância possa prosseguir a marcha de urgência e é assim que todos devemos fazer. Portanto esteja tranquilo nessa matéria. Temos gente muito competente a conduzir as nossas ambulâncias.

O Festival dos Canais correu bem, mas cortaram a estrada! Enfim, o Partido Socialista, no plano de pormenor que ainda está em vigor, tinha aquela estrada como pedonal!? É discutível. Eu por mim discordo. E por isso o plano de pormenor que um dia deste cá virá acabamos com isso. Até porque é uma bastardia. No plano de pormenor aquele troço é pedonal e nós temos a rodovia que todos conhecemos. Mas achamos boa opção e foi um grande sucesso esta nova área para os concertos do Festival dos Canais que vai ser aquela que vamos ter para o ano.

Mas fica desde já convidado, logo que o Rossio esteja pronto, aquilo que vai lá acontecer do Festival dos Canais e de outros eventos vai ser muito interessante e, obviamente, quero muito encontrá-lo lá. E comemorarmos a Cultura e outros eventos que lá vão existir, esperando que possamos também lá comemorar uma próxima vitória da seleção, seja num Campeonato da Europa ou no Campeonato do Mundo, como já fizemos noutros tempos.

Duas outras notas finais. Agradecendo à Joana as referências que fez, nesta nossa aposta reiterada, intensa, no que respeita ao nosso Hospital e ao Casimiro em relação às Associações. Dar nota que em relação à água, aquilo que o Manuel Prior disse é muito importante e o mérito é de todos os autarcas da nossa região. Desde o início do poder local democrático sempre tiveram na água um investimento de primeira prioridade.

Nós hoje, se trouxesse aos dias de hoje o investimento que foi feito na nossa região, estaríamos acima dos 1 mil milhões de euros. Quando às vezes alguns dizem que temos a água mais cara do país e não sei o quê, não. Nós temos um dos sistemas mais sustentáveis do país. E sustentável é ambientalmente, tecnicamente e financeiramente. É por isso que na séca, dizem, ai e tal aquela malta de Aveiro está bem porque está ao pé do mar! Nós não tiramos um metro cúbico do mar nem da Ria. Um único. Nós fizemos foi muito investimento. Nós municípios em primeiro lugar e depois na Associação que fizemos com as Águas de Portugal, nas operações do chamado ciclo urbano da água. É isso que é importante. Outros não fizeram. Cada um assume as responsabilidades, mas esta é uma marca de água ainda no meu, nosso primeiro mandato, a Associação de Municípios do Carvoeiro fez um investimento de 18 milhões de euros.

Não sei se se lembram que nos primeiros meses do nosso primeiro mandato, uma parte importante do nosso município esteve um fim de semana inteiro sem água.

Não sei se se lembram. Porquê? Porque na altura só havia uma conduta adutora do sistema do Carvoeiro para o nosso município e por força dessa rutura grave que aconteceu construiu-se uma segunda conduta adutora. É evidente que é altamente improvável, é possível, mas é altamente improvável um acidente simultâneo de rutura de 2 condutas adutoras e daí a fiabilidade que este nosso sistema tem.

Quanto a apoios complementares do Governo a luta continua por parte da ANMP. Porque não se admite que nós estejamos a pagar o Governo, o governo obtenha cada vez mais dinheiro à nossa custa das refeições escolares, à nossa custa no IVA que estamos a pagar na eletricidade, em que mantém incólumes os 23%.

A nós, nem o descontinho! É pouco. Mas olhem eu preferia pouco a nenhum. Mas aos municípios portugueses continua a caber nenhum e continuamos a pagar 23% e o Governo continua a ensacar a embolsar, muito mais dinheiro, porque a incidência do imposto tem um valor absoluto mais alto e, portanto, como é valor à percentagem do imposto, o valor absoluto que o Governo encaixa é muito maior. Continuamos a trabalhar, temos reunião com o Senhor Ministro das Finanças sobre o Orçamento de Estado para 2023 na próxima segunda-feira, para continuarmos este trabalho, para termos obviamente ganhos de causa. Porque não está em causa aquilo que é o interesse dos municípios. Está em causa o interesse dos cidadãos e a capacidade das câmaras municipais de continuarem a prestar bons serviços e sustentáveis serviços aos nossos cidadãos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[058](#)

“Obrigado. Só para responder ao Senhor Presidente que não sei que jornais é que anda a ler ou que fontes de informação é que anda a consultar! Mas dizer-lhe que está equivocado nas respostas que deu. Contudo fez o que é habitual. Um grande floreado, ataques partidários, mas não respondeu ao que eu perguntei. E o que eu gostaria mesmo de saber é para quando teremos o regulamento municipal de gestão do arvoredo e para quando o cumprimento da legislação na área animal em Aveiro? Obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[059](#)

“O Senhor Presidente da Câmara tem o seu feitio, toda a gente tem o seu feitio. Mas o Senhor Presidente da Câmara tem feitio muito peculiar e até muito agressivo, excessivo.

Eu, como opositor é chato, porque é difícil de lidar, devo dizer com frontalidade, não é propriamente e é até uma coisa que funciona contra si. Estou convencido que teria tido muito mais votos na sua carreira política, não é que tenha tido poucos, uma vez teve menos votos que a melhor votação do PSD em Aveiro com o Doutor Élio Maia.

Mas teria tido mais sucesso, eventualmente, até para outras campanhas não só municipal, mas a nível a nível nacional. Mas cada um é como cada qual.

Depois há sempre aquela consciência de que quem é licenciado em direito não percebe nada! Mas está engando Senhor Presidente, não é o meu caso. Eu fiz todos os estudos para ir para gestão e só mesmo á ultima da hora decidi ir para Direito. Portanto a minha formação foi exatamente de Matemática apesar de não ter ido para a Gestão. E olhe, hoje teria escolhido um curso que existe agora na Católica que no final fica licenciado em gestão e Direito, que faz muita falta porque este país foi gerido por licenciados em direito por muitos anos e com pouco sucesso se calhar por causa disso.

Mas para dizer-lhe o seguinte. O Senhor diz que sou um desastre a Matemática, já estamos habituados ao Pires da Rosa e tal. Não é muito elegante. Eu dir-lhe-ia que o senhor engenheiro é um desastre a Física, que é uma disciplina tão importante como a Matemática. Eu também estou a par dessa norma que as ambulâncias ligando as luzes, mas afirmo-lhe que não dá do ponto de vista físico para passarem ali Senhor Presidente. Não dá, não dá e não deu. Não dá e não deu já por uma vez. Porque se estiver tudo empancado nas pontes não passa ambulância nenhuma. E não há forma de os carros poderem encostarem por causa dos pinos. Não há forma de os carros encostarem. E, portanto, o que estava a dizer-

lhe era uma coisa objetiva e não é assim tão difícil desenhar um mapa de saída que não possa ali para as ambulâncias.

O que eu lhe disse foi uma coisa tão líquida como isto. Evidentemente que não é uma crítica do outro mundo, estou só a pontar um problema para que arranje uma solução e para que um dia não fique lá uma ambulância e fique alguém à espera. Isto é assim tão difícil perceber? É preciso dizer e fazer uma caracterização com uma agressividade tal? Não é preciso Senhor Presidente. Não é preciso, ou então entendeu mal.

Portanto eu acho, para além disto, que o Senhor Presidente devia arranjar solução. Se entendo que passa lá muito bem e que toda a gente se arruma, muito bem. Espero eu no futuro eu não ter razão e que o Senhor Presidente tenha razão. Isto não é naturalmente um ganho político, agora com esta discussão, é evidente. Nem eu tenho essa pretensão e é a minha vantagem em relação a isso.

Senhor Presidente se calhar não percebe, eu não sou político profissional e, portanto, tudo o que digo aqui não é porque venho com a cartilha do PS fazer a reprodução.

Muitas das vezes ou todas as vezes, não estou a dizer que as outras pessoas também não façam isso, mas eu venho sempre imbuído, eu pessoalmente, venho sempre imbuído dessa questão. Terá evidentemente a minha perspetiva, que é diferente de todos que aqui estão a fazer esse discurso. O Senhor Presidente disse, não vamos resolver o problema com os semáforos. Eu registo esta sua frase e, se calhar, o Senhor Presidente terá razão por que não vão ser colocados lá os semáforos, mas vai ser por teimosia. Vai ser por teimosia sua.

O Senhor Presidente, já lhe disse isto mais que uma vez, o Senhor Presidente não é adversário do Partido Socialista. Já não é. Faltam-lhe 3 anos e 17 dias para terminar as suas funções e o que o Partido Socialista deve fazer, todos devemos fazer, todos devemos fazer, é contribuir e ajudá-lo a exercer e a serem os seus melhores 3 anos e 17 dias de exercício enquanto Presidente da Câmara de Aveiro. E é para isso que aqui estou.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁰

“Marta Dutra só referenciar que nós cumprimos a lei. Teremos o regulamento quando o enquadramento legal o determinar, sem problema nenhum. Nós fazemos boa gestão do arvoredo urbano e cumprimos a lei no que respeita à questão dos animais de companhia. Cumprimos e cumprimos qualquer quadro legal que o país tenha em vigor.

Pires da Rosa eu já lhe agradei esse apoio. Aliás, ou V.exa tem cuidado ou está aqui está militante ou do PSD ou do CDS ou, acho muito provável, do PPM. Portanto esse seu apoio fervoroso e quase cego aos 3 anos e 17 dias, enganou-se outra vez na Matemática. Faça lá a conta outra vez, porque em número de dias é muito mais do que 17.

Mas eu não vou ajudá-lo a fazer a conta, ok? Fica por sua conta, mas mais uma vez enganou-se nos números. Mas agradecer muito.

Já quando aquela sua ideia da estátua, que me esqueci há pouco de responder, enfim, para quem não sabe o Pires Rosa também tem jeito para as artes e para o design e desenhou três propostas de obras de arte para as pontes. A número três é ele próprio. O que é obviamente uma nota infeliz e narcisista e, portanto, enfim, terá sido um momento menos bom do próprio. Enfim, não seria plausível que tivéssemos ali um autorretrato.

A segunda ainda pior, porque foi copiar uma estátua de um português famoso, que existe numa ilha, na estimada ilha da Madeira, do nosso Cristiano Rolando. Obviamente, que nunca na minha vida, eu iria copiar uma estátua do Ronaldo, porque isso nos custaria muito dinheiro, eventualmente processos judiciais. E ademais eu não sou grande apreciador daquela estátua, porque acho que ela desmerece de forma relevante o nosso Cristiano Ronaldo. E, portanto, é quase por exclusão de partes, a única que se aproveita é a número

um, em que o Senhor Doutor Pires da Rosa me escolheu a mim como elemento de obra de arte para colocar na rotunda.

Pronto, enfim, a minha análise foi esta, mas, enfim, ainda não temos uma decisão final, estamos a ponderar, temos outras hipóteses, temos outras hipóteses de ponderação da obra de arte, mas entendemos que destas três que o Pires da Rosa partilhou, a um é a única que se aproveita. E estamos a fazer essa ponderação, ao lado de outras, embora sinceramente eu que conheço as outras, algumas são bem melhor do que a que propôs. Não exatamente por mim, mas pela parte do Braço do José Estevão que ele colocou porque de facto não é possível. Nunca teríamos uma estátua minha em que o meu braço esquerdo fosse o braço esquerdo da estatua de José estevão que temos na Praça da República. Obviamente, não podemos fazer isso.

Eu não sei se foi uma intenção de nos somar aos dois ou se foi também, além da Matemática, a falta de jeito do Pires da Rosa para essas matérias do design para as obras de arte.

Mas fiquei tranquilos. Estamos a trabalhar com bons artistas para termos uma obra de arte digna, que não perturbe a leitura urbana daquela zona fantástica da nossa cidade porque um dos ganhos depois tirarmos aquele espaço verde é o ganho da fruição da paisagem, nomeadamente dos dois elementos mais marcantes que são este edifício onde estamos e o edifício do hotel do antigo Arcada, atual Palace.

E o elemento que estamos a escolher é um elemento que vive bem esta ambiência urbana, marcante, e que tem uma vida forte para a superfície e uma vida ainda mais forte para aqueles que vão fruir o elemento escultórico dos passeios de moliceiro quando estiverem a navegar em cima da nossa toalha de água. Muito obrigado.”

Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção – Por uma solução pública para o Edifício da Caixa Geral de Depósitos em Aveiro.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁶¹ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Moção.

Vogal Ivo Angélico (BE):⁰⁶²

“Obrigado. Esta moção acaba por ser a autoexplicativa no seu texto. Vou fazer uma apresentação abreviada para não consumir muito tempo. A Caixa Geral de Depósitos colocou recentemente à venda o seu edifício na A Rua do Clube dos Galitos. A Caixa é uma instituição totalmente pública e este edifício está licenciado a albergar serviços públicos.

O edifício, neste momento tem escritórios, embora seja conhecido o interesse em convertê-lo em unidade hoteleira. O património imobiliário público especialmente em áreas de grande pressão imobiliária, como se tem sido centro de Aveiro, deve ser preservado e gerido de forma contrabalançar práticas de especulação imobiliária.

Para além disso, é público que a Câmara Municipal tem interesse em realocar os diversos serviços municipais para junto do Paços do Concelho na Praça da República. É nesse contexto que a Câmara tem desenvolvido esforços para a desativação da Escola Secundária Homem Cristo e daí instalar os referidos serviços municipais.

Note-se que esse edifício, pese embora obras que possam ser necessárias, desempenha um serviço público essencial como escola pública. Na prática, a questão é: por que insistir em desativar uma escola que está em funcionamento, quando existe um edificado público adequado na zona que é pretendida e disponível? Por isso o Bloco apresenta esta recomendação à Câmara, de defender que o edificado da Caixa Geral de Depósitos, sito na Rua do Clube dos Galitos não seja vendido, procurar junto do Governo e do Conselho de

Administração da Caixa Geral de Depósitos uma solução pública para o referido edifício, seja para albergar serviços municipais, outros serviços públicos ou de interesse público. Enviar esta Moção para o Ministério das Finanças, para o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, para o Ministério da Educação e para o Ministério das Infraestruturas e Habitação.”

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[064](#)

“Ora bem, por mais que o Partido Comunista Português seja sensível a que aquele edifício da Caixa Geral de Depósitos tivesse futuramente um uso público e continuasse a ser um serviço público, nós temos muitas, muitas, dúvidas em relação à vossa Moção porque a achamos bastante confusa. E no meio da neblina da vossa da vossa Moção alguns assuntos que agora desenvolveram um bocadinho mais na apresentação, mas alguns assuntos de facto, são ideias e não se traduzem em propostas.

Não chegamos a perceber. Fala-se numa escola, fala-se de instalações para a câmara, enfim. Quanto à Caixa Geral de Depósitos, enquanto instituição de direito privado, mas de capitais públicos deveria, achamos nós, obviamente, pugnar para um efetivo serviço de proximidade. Em tudo contrária ao encerramento das dependências em todo o concelho, não sendo sequer a mais grave o encerramento do edifício sito na Rua dos Galitos.

A reabertura de algumas das agências encerradas é, obviamente, ainda uma exigência legítima, mas não é disto que fala a Moção do Bloco, infelizmente. O que fala a Moção do Bloco é de uma confusão de ideias e tecnicamente imperfeita. O que nos parece, essa é a parte que nos parece mais grave. Não recomendamos de forma nenhuma a Câmara Municipal que se envie uma Moção desta Assembleia outras entidades, pois essa é competência da Mesa, por exemplo.

E outros lapsos contidos, como a evocação a propósito do artigo 3, numero 3, da Lei 1-A/2020 de 19 de Março, que diz “sem prejuízo de nos números anteriores, até dia 30 de junho de 2020, podem ser realizadas por videoconferência ou outro digital as reuniões dos órgãos deliberativos executivos, etc – já perceberam, não é.”

Portanto, assim o que é isto? Assim, apesar de considerarmos, pela sua localização no coração da cidade deste edifício da Caixa Geral de Depósitos deva continuar no domínio da propriedade pública, o PCP não pode votar a favor desta Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda pela sua falta de clareza política, de dados e das imperfeições. E vamos ter que nos abster.”

(Entretanto saiu da sala a Vogal Joana de Oliveira Teixeira)

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[065](#)

“Nós somos pela liberalização e dinamização da atividade económica e do turismo e reconhecemos que o sector privado, nomeadamente o sector hoteleiro, as unidades hoteleiras desempenham um importante papel nessa dinamização. Portanto, não veremos à partida mal nenhum em que aquilo eventualmente venha a ser um hotel.

Somos sensíveis à questão de também o edifício ser usado para serviços públicos, mas penso que a opinião da Câmara Municipal não pode ser ignorada. Nós não podemos ignorar a opinião da Câmara Municipal. É a Câmara Municipal que tem que dizer se aquilo terá algum interesse para a atividade municipal ou não.

Portanto a nossa opinião também depende um bocadinho daquilo que for a opinião da Câmara Municipal a esse respeito. Portanto gostaríamos de ouvir a opinião da Câmara Municipal.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[066](#)

“Compreendemos as questões e a solução proposta pelo Bloco de Esquerda, no entanto, temos dúvidas se a proposta será realmente vantajosa e do interesse de todas as partes. Por esse motivo, abster-nos-emos. Obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[067](#)

“Muito obrigado. Ora bem, no meio desta confusão toda nesta Moção, e como a senhora deputado do PCP já referiu, a Caixa Geral de Depósitos é uma entidade pública, mas regesse pelas leis do Direito privado. Tem um acionista que neste caso é o Estado, mas qualquer decisão quanto a compras, vendas, etc cabe ao Conselho de Administração e nunca à Assembleia Municipal de Aveiro.

Depois, não sei exatamente há quantos anos encerrou aquilo, mas foi certamente quando o Bloco de Esquerda era um fervoroso adepto do Governo do PS. Era nessa altura que devia ter aproveitado para fazer esta proposta, quando lá estava e quando aparentemente, mandava alguma coisa, mas lembrou-se agora. Pronto, está atrasado.

Por último, e como se fala também na Escola Homem Cristo, daquilo que conheço, as condições de uma escola projetada no século 19 não serão propriamente aquelas que nós queremos para os nossos jovens hoje. E por muita obra de adaptação que aquilo tenha, provavelmente nunca será uma escola com a qualidade que as outras têm, portanto, estar a reforçar a questão do público, pode ser ali ou pode ser em Nariz. É público. Mas não tem que ser ali aquela escola. Eventualmente para a usar aquele edifício para outros fins, nomeadamente serviços municipais, para ficar tudo junto no mesmo sítio, é capaz de ser mais fácil do que adaptar para as características de uma escola.

Portanto, naturalmente, nós votamos contra esta proposta, que não faz qualquer sentido vir a esta assembleia.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[068](#)

“Eu queria aderir às intervenções do PCP e do CDS! É uma coisa boa, no fundo. No fundo com o conteúdo da intervenção do PCP, enfim da análise que o PCP demonstra, de uma forma séria, como aliás o PCP faz, embora pense de forma diversa, mas é a minha percepção sobre o Partido é que a análise que faz, o faz sempre de forma estruturada. Normalmente faz. Mas do meu ponto de vista o voto não pode ser a abstenção. O voto deve ser contra e passo a explicar. O PS não pode votar uma Moção que diz que uma empresa, apesar desta ser de capitais públicos, não venda qualquer coisa ou controlar o que quer que fosse, não faria sentido nenhum.

A Moção levanta a questão depois da escola, mas mistura tudo etc, podemos discutir isso. Mas em bom rigor não é o que está na moção. Eu poderia dizer que, se calhar, o projeto hotel eventualmente não sei se estará de pé ou não, porque até que já deviam ter arrancado com a aquisição, a Caixa Geral de Depósitos anda à procura de vender o imóvel há muito tempo e o que é certo é que ainda não vendeu. E, portanto, se houver aí possibilidade de bom negócio, não sei se o Senhor Presidente da Câmara e este executivo não deveria pensar, porque aquilo é um edifício que estaria muito mais bem preparado e adaptar aquele edifício para serviços camarários do que estar a gastar dinheiro a adaptar a escola. Com a

lógica de que a câmara diz que na escola vai colocar os serviços da câmara para ter a unidade e com este edifício à frente também teria a mesma proximidade, como é evidente. Com a diferença que provavelmente o que gastaria na construção de uma escola nova era o que gastaria naquele edifício que está preparado para escritórios como é evidente e que o custo de adaptação era mínimo. E, portanto, caso a não ser que a câmara entenda que ali deve ficar uma unidade hoteleira, que faz parte da sua estratégia de turismo para a cidade, etc. Ou então não tem dinheiro para comprar o edifício e assume isso. Realmente gostaria de ouvir o que é que o Senhor Presidente da Câmara tem a dizer sobre isso. Mas independentemente disto tudo é quase a talho de foice, porque em bom rigor o PS não pode votar favoravelmente esta Moção.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁹

“Esta é a proposta que vem à assembleia que nós vamos votar com mais facilidade de todas. Na opinião do PSD isto não tem pés por onde pegar. Há um edifício que tem dono e o dono decide coloca-lo à venda. O Sr. Deputado o dono vai vendê-lo a quem der mais. Olhe o Bloco de esquerda que compre e faça lá qualquer coisa, a sua sede por exemplo.

Ou o Sr. Deputado acha que por ser uma empresa pública a Caixa o vai vender mais barato à Câmara? A Caixa irá coloca-lo em praça pública e irá vender a quem der mais. A Câmara depois irá condicionar ou não cumprindo a lei que tem nos regulamentos de obras, mais nada. Por isso da nossa parte é a proposta mais fácil de apreciar.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁰

“Nós já fizemos, já há muito tempo, antes de saber qual é o preço, é aquele edifício não tem qualquer interesse para serviços municipais, para serviços públicos e até andamos à procura de localizar alguns serviços públicos em cooperação, nomeadamente com a CCDR, com a Agencia Portuguesa do Ambiente e com o ICNF, mas de facto aquele edifício não tem a melhor adequação ao que precisamos.

Para terem uma noção, números muito grosseiros, em área útil de trabalho, aquele edifício tem pouco mais de 10% daquilo que os serviços municipais precisam. E depois a sua organização interna é a negação daquilo que hoje se quer para uma Câmara Municipal em open space dos seus serviços abertos, fruição da relação visual nas áreas de trabalho. É a negação total. Portanto é um excelentíssimo edifício, um fantástico local, espero que o setor privado se interesse por ele, já temos nota de algumas intenções, mas mais nada do que isso. E dar conta também que só agora é que a Caixa o meteu à venda. É uma coisa muito recente. E porquê? Porque o edifício não estava licenciado à boa maneira antiga dos edifícios do Estado. O Estado estava isento de licenciamento e, portanto, tinha edifícios sem a licença de utilização. Fizemos esse trabalho com os nossos serviços, em equipa com a Caixa, foi o processo resolvido com facilidade e pronto, ato imediato a Caixa pôs a venda por um valor que é um valor alto, mas que, grosso modo, parece-me um valor razoável para seguramente um processo de negociação.

Da nossa parte não tem qualquer interesse para serviços municipais e não vale a pena estarmos a misturar isto com a escola A ou a escola B.

A nós não serve, não tem área disponível, tem uma estrutura que não se adequa e pô-lo abaixo e fazer de novo era absolutamente inimaginável. Portanto, esta é a nossa perspectiva clara de quem analisou atempadamente esta matéria. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷¹ o Ponto 3 – Apreciação e votação da Moção – Por uma solução pública para o Edifício da Caixa Geral de Depósitos em Aveiro, sendo a proposta rejeitada, com dois votos a favor (BE2), cinco abstenções (PS2+PAN2+PCP1) vinte sete votos contra (PSD18+CDS4+CHEGA1+PS4).

Não houve declarações de voto.

Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pelo reconhecimento do potencial humano nos circos e a restrição do uso de animais nesta atividade.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁷² ao deputado proponente do PAN para fazer a apresentação da Proposta de recomendação.

Vogal Marta Dutra (PAN):⁰⁷³

“Obrigado Senhor Presidente. Nas últimas décadas tem havido uma crescente preocupação na defesa dos direitos dos animais, tendência que se tem verificado também no nosso país. Os animais deixaram de ser considerados objetos no nosso Código Civil e o estatuto jurídico dos animais, aprovado em 2017, reconhece os animais como seres dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica. Não faz, pois, qualquer sentido que alguns animais ainda sejam encarados como meros objetos, a serem utilizados para espetáculos recreativos, como é o caso dos circos, retirados do seu habitat natural, levando uma vida de escravidão encarcerados em jaulas, em constante viagem entre localidades, submetidos muitas vezes treinos cruéis e maus tratos para terem comportamentos contrários à sua espécie.

As crianças são presença assídua nos circos e números com animais em nada enriquecerá do ponto de vista pedagógico, pelo contrário, reforça a ideia de que os animais podem ser detidos e usados para diversão humana.

A Lei 20/2019, determinou o fim do uso dos animais selvagens nos circos portugueses, tendo estabelecido um período transitório de 6 anos para a entrega voluntária dos animais, pelo que alguns já têm sido encaminhados para santuários em diversos países. Determina também a lei apoios financeiros para a reconversão profissional dos trabalhadores.

Temos exemplos de circos que nunca utilizaram animais, cuja qualidade é reconhecida mundialmente, exemplo de que não precisamos de escravizar animais para apresentar espetáculos de sucesso.

Em Portugal já vários municípios deixaram de receber circos que utilizem animais nos seus espetáculos, selvagens e não selvagens, como é o caso do Funchal e do Porto. Entendemos que é altura de Aveiro dar esse passo também, e que possa servir de exemplo a outros municípios.

Assim o grupo municipal do PAN propõe que esta assembleia delibere recomendar à Câmara Municipal de Aveiro o não licenciamento de atividades circenses com animais em terrenos municipais e a não atribuição de qualquer apoio financeiro e ou institucional a estas mesmas atividades. Disse.”

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[075](#)

“Obrigado. Muito rapidamente. Parece-nos que o PAN se está a contradizer um pouco a si próprio porque também votou a lei que define o período de transição! A transição está a decorrer, tem um período de 6 anos no período de transição. Há a possibilidade de entrega voluntária dos animais. A nós parece-nos que o município de Aveiro não se deve meter e interferir numa lei que está provada, está a acontecer e está a decorrer.

Para além do mais, tivemos um período de pandemia onde as atividades circenses foram extremamente afetadas e onde as pessoas ainda têm mais dificuldade do que o que teriam quando a lei foi aprovada em 2019 para transitar, porque esse implica formação noutras artes, noutros negócios, enfim, a toda a transformação da vida das próprias pessoas. E mais dificuldades terão ainda depois do período de pandemia para fazer essa transição. Portanto parece-nos excessivo e parece-nos que o PAN está aqui a tentar apenas encontrar uma forma de falar sobre si próprio. É tudo, muito obrigada.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[076](#)

“Esta proposta do PAN, enfim, nós às vezes temos dúvidas se o PAN se chama PAN, mas às vezes eu penso que se devia chamar ANP porque para eles as pessoas estão em ultimo. É um Partido que ainda não se sabe muito bem se são de direita se são de esquerda, é assim ali uma coisa cinzenta no meio, mas uma coisa que nós temos a certeza é que está proposta é claramente de esquerda. A direita quando não gosta de um circo com animais quem não gosta não vai, mas deixa os outros ver. A esquerda como se acham moralmente superior, quando não gosta de um circo com animais não vê e quer proibir os outros de verem.

Portanto esta atitude é uma grande diferença entre a direita e a esquerda.

Nós preocupamo-nos com o bem-estar dos animais. Mas a resolução deste problema não passa por proibir. Passa sim por aumentar a fiscalização relativamente às condições de bem-estar dos animais e do modo como eles são tratados no circo. E passa essencialmente por aí.

É aqui argumentado pelo PAN que eles estão melhor na vida selvagem que num circo. Isso não é um dado garantido. Eles podem ser bem tratados no circo. Portanto nós votaremos contra esta proposta. Obrigado.”

Vogal Ivo Alexandre (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[077](#)

“Bom, o Bloco de Esquerda já apresentou propostas que vem no mesmo sentido aqui na Assembleia Municipal, tem feito um trabalho semelhante no Parlamento e, por isso, iremos votar a favor da proposta.”

Vogal Jorge Greno (CDS) [078](#)

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[079](#)

“Brevemente. Eu acho que o problema ficou bem resolvido com a Lei da República. Ou seja, foi feito um período de transição, teria que o ser. Há muita gente que trabalha no setor e que tem que ser é reajustado. Foram colocados mecanismos que espero que estejam a funcionar, já tem. Como disse a colega Marta Dutra já tem havido animais que já tem sido entregues, e parece-me que será este o caminho.

Os circos é um espetáculo que tem tradição, é evidente, mas tiveram um momento em relação à questão dos animais, em concreto, traziam a possibilidade, quando ninguém conseguia circular. Hoje em dia qualquer escola minimamente, creio eu, consegue fazer pelo menos uma viagem ao zoológico ali à Maia ou Lisboa, para que as crianças possam contactar pelo menos uma vez com animais selvagens e tenham esse contacto e até o acesso à televisão e a Internet, etc. Hoje é completamente diferente. E, portanto, neste sentido é mais do que ajustado, independentemente e eu concordo com a bondade da moção.

A minha tónica é só esta. Como é que a Câmara pode, ainda que queira cumprir a recomendação, recusar a aplicação de um regulamento municipal que ao abrigo do artigo tal, etc, etc tenho aqui esta atividade. O Senhor Presidente da Câmara, depois diz, olhe, desculpe, mas eu tenho aqui uma recomendação que impede esta atividade circense com animais e não vou deixar fazer aqui violando a recomendação. Isto não só alterava a norma que permite que se licencie este tipo de atividades, ou então seria inconsequente de alguma maneira. Portanto a moção não devia ter ido por aí. É tudo o que eu pessoalmente tenho a dizer sobre isto.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[080](#)

“Eu estava aqui na dúvida se iria subscrever a intervenção do Pires da Rosa ou da deputada do Partido Comunista!

E penso que vou subscrever a do Partido Comunista é muito mais fácil. Há uma Lei que deve ser cumprida por todos os cidadãos do país e que tem um período de transição, ponto final.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[081](#)

“Senhor Presidente, pretendo ainda dizer o seguinte. Algumas pessoas não leram a lei ou não quiseram entender aquilo que eu disse aqui hoje. De facto, não colide em nada com o que está a ser aplicada a nível nacional, no período de transição de 6 anos, esclarecendo a intervenção de ali da bancada da CDU.

De facto, aqui a proposta fala, porque a lei proíbe os animais selvagens nos circos e que a proposta está a solicitar o não licenciamento de circos com animais, sejam selvagens ou não selvagens. Outros municípios já o fazem. Em Aveiro é que é sempre tudo tão difícil para tudo o que é uma mudança. Mas depois alguns vem dizer, nós gostamos muito de animais, somos contra os maus tratos, mas atenção não mexam nos circos ou nas touradas que isso aí já não, isso aí não é mau trato. Desculpem, mas tem que haver coerência e tem que assumir de uma vez por todas, se, de facto, estão pela defesa dos direitos animais ou não. Agora dizer que gostamos todos muito de animais, mas não mexam nos circos ou não mexam nas touradas e afins, não é congruente.

Penso que respondi a todos, de facto, o que aqui se pretendia eram avanço, era que Aveiro que não cumpre a legislação na área animal em praticamente nada pudesse dar aqui um sinal de evolução e de modernidade ao país. Obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[082](#) o Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pelo reconhecimento do potencial humano nos circos e a restrição do uso de animais nesta atividade, sendo a proposta rejeitada, com sete votos a favor (PS3+PAN2+BE2), três abstenções (PS3) vinte quatro votos contra (PSD18+CDS4+CHEGA1+PCP1).

Não houve declarações de voto.

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁸⁴ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁸⁵ a Sessão Ordinária de Setembro.

Eram 00:15 horas do dia 10 de Setembro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)